

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Relatório e Contas 2012

Índice

3	Órgãos Sociais
4	Relatório do Conselho de Administração
23	Demonstrações Financeiras
29	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
112	Anexos
118	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas
123	Relatório Sobre o Governo da Sociedade
140	Relatório Sobre o Cumprimento das Orientações Legais

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente José Filipe de Sousa Meira
Secretário Vítor Manuel Dinis Lopes

Conselho de Administração

Presidente CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A., que nomeou para exercer o cargo em nome próprio, José António Rodrigues Nunes Coelho

Vogais Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho
Maria João Carogo Honório Paulino de Sales Luís

Conselho Fiscal

Presidente Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais João Filipe Gonçalves Pinto
Suplente Luís Máximo dos Santos
João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por
Maria Augusta Cardador Francisco, ROC

1.

Relatório do Conselho de Administração em 31 de dezembro 2012

O Conselho de Administração da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., em cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2012.

1. Enquadramento da Atividade

1.1. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

As restrições de financiamento e a implementação de medidas de austeridade decorrentes do programa de assistência económica e financeira pautaram a economia portuguesa durante o ano 2012.

Verifica-se um abrandamento generalizado do crescimento económico mundial, destacando-se o decréscimo de 0,4% evidenciado na zona Euro.

A redução da procura interna (-7,2 p.p.) conjugada com o decréscimo da generalidade das variáveis, com particular destaque para a redução do nível de investimento, explicam o decréscimo de 3,0% demonstrado na economia nacional.

A variação positiva das exportações líquidas contribuiu para atenuar o efeito negativo da redução da procura interna, mas sobretudo para que a balança corrente e de capital atingisse um ponto muito próximo do equilíbrio, evidenciando uma tendência de correção do défice externo que se mostrava um dos principais desequilíbrios evidenciados pela economia portuguesa.

O Orçamento de Estado que tem mostrado, nos últimos anos, elevados défices, registou em 2012 uma consolidação inferior à prevista e atingiu um défice próximo de 5%, o que aumenta a dívida pública para cerca de 120% do PIB.

A inflação atingiu um valor de 2,8%, refletindo o aumento dos bens energéticos e de um conjunto de serviços públicos, nomeadamente na área da saúde e dos transportes.

Verificou-se um aumento na taxa média de desemprego para 15,5% (12% em 2011) refletindo o agravamento das condições económicas de algumas empresas, traduzindo o ajustamento dos níveis de investimento e consumo.

Para 2013 perspetiva-se nova redução da atividade económica em 1,9% decorrente da diminuição da procura interna (-4%), que se espera seja atenuada pelo aumento do saldo das exportações líquidas, o que, caso se confirme, traduzirá um saldo favorável da balança corrente e de capital em cerca de 3% do PIB. Esta projeção comporta um conjunto de riscos de predominância descendente, sobretudo no que respeita à degradação do contexto internacional, à necessidade de medidas adicionais de austeridade orçamental, ao efeito recessivo de curto prazo das medidas de natureza estrutural em diversas vertentes e ao agravamento das condições de financiamento.

O clima de recessão económica aliado à elevada taxa de desemprego prevista deverá situar a inflação em 1%, refletindo a ausência de pressões salariais, o reduzido dinamismo do mercado interno e a evolução favorável dos preços das importações.

Assegurar níveis de bem-estar que permitam manter o consenso institucional e a coesão social é um desafio de desenvolvimento económico que passa pela mobilização de agentes económicos e sociais para as necessárias reformas.

É neste quadro que a Atividade Seguradora terá um papel relevante.

1.2. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora

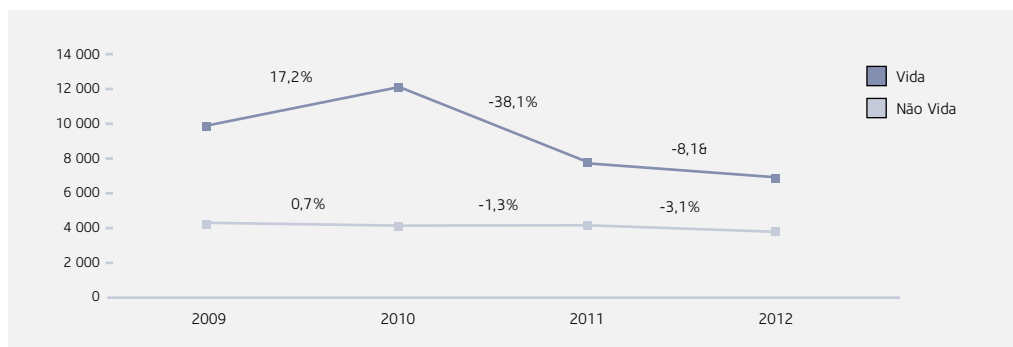
A economia portuguesa atravessou durante os anos 2011 e 2012 uma conjuntura muito desfavorável que não deixou imune o setor segurador. Neste último ano, os traços marcantes do quadro evolutivo da atividade seguradora voltaram a ser a redução do volume de produção e a deterioração dos resultados de exploração, situação que foi sentida de forma diferente no segmento Vida e no segmento Não Vida.

A redução manifestada no volume de prémios ascendeu a 6,4% do volume total em consequência da evolução dos ramos Vida (-8,2%) e Não Vida (-3,0%), traduzindo-se num volume total de prémios na ordem dos 11 mil milhões de Euros em 2012.

A contração da atividade Vida resultou de uma redução do rendimento disponível aliada a outras condicionantes económicas e políticas. Contudo, a mais relevante foi a maior necessidade de financiamento dos bancos, que os levou a comercializar produtos que captassem recursos diretamente para os seus balanços.

A produção de seguro direto do segmento Não Vida apresenta uma pequena redução (-3,0%) alinhada com o comportamento do PIB, sendo atenuada por uma maior estabilidade da carteira de prémios, bastante ligada à evolução macroeconómica. A redução do emprego e a contenção da massa salarial potenciaram a redução do volume de prémios do ramo Acidentes de Trabalho, acompanhada pela redução dos prémios do ramo Automóvel. Os ramos Doença e Riscos Múltiplos Habitação contribuíram para atenuar o decréscimo deste segmento, dado que apresentaram crescimento no volume de prémios.

Produção de Seguro Direto em Portugal - Mercado



Apesar da sua natureza empresarial, as seguradoras têm elevada intervenção nas áreas de interesse social, quer por via da proteção das pessoas e bens, quer por via da gestão segura da poupança dos aforradores. É assim necessário que façam uma gestão eficiente da sua carteira de investimentos para, através desses resultados, terem capacidade de devolver à sociedade a totalidade, ou até mais, do volume de prémios recebidos.

Perspetiva-se que em 2013 a atividade seguradora continue condicionada pela contração da massa segurável, em particular nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel.

Assim, é cada vez mais importante estar atento ao que os consumidores dizem sobre as marcas e aprender, ter a capacidade de antecipar e agir proativamente para marcar a diferença e ganhar vantagem competitiva.

No que se refere, em particular, aos ramos Não Vida, espera-se o alinhamento com o PIB, não beneficiando a carteira com o aumento induzido pela inflação. O mercado refletirá a elevada concorrência existente no setor, bem como a mudança da perceção do risco financeiro por particulares e empresas que influenciam os investimentos empresariais e a aquisição de bens duradouros, principais geradores de novos seguros.

Não obstante, as mesmas condições de mercado potenciam um crescimento diferenciado em alguns segmentos de negócio, nomeadamente, o ramo Doença, essencialmente pelo aumento dos preços na área da saúde do Estado e o ramo Riscos Múltiplos Habitação que beneficia de uma carteira fidelizada ao crédito bancário e da nova lei do arrendamento.

2. Atividade da Companhia

Missão: «Gerir Sistemas de Saúde, associados ou não a seguros, contribuir para o crescimento e rentabilidade do negócio do Grupo Caixa Seguros na área de Seguros de Saúde e manter a liderança no mercado».

Neste âmbito, a Multicare tem procurado implementar processos inovadores, simples e eficientes com o intuito de satisfazer as necessidades dos seus clientes e, sempre que possível, exceder as suas expectativas.

Integra o Grupo Caixa Seguros e Saúde (CSS) e assume-se como seguradora de referência do mercado português. Assim, a sua perspetiva empresarial é caracterizada por três grandes objetivos estratégicos que suportam todas as ações:

- Criação de valor para o Acionista
- Melhoria da oferta e qualidade de serviço ao cliente
- Valorização e motivação dos colaboradores

A definição dos objetivos estratégicos de 2012 teve subjacente a adaptação à evolução do enquadramento socioeconómico, a possibilidade de melhorar as condições de exploração do ramo neste novo contexto social, bem como responder às necessidades dos clientes. Assim, as metas definidas para o ano findo foram:

- **Redução da taxa de sinistralidade** - garantir a rentabilidade do conjunto de negócios geridos pela Multicare;
- **Aumento da taxa de retenção de anulações** - aumentar o nº de contratos recuperados num cenário de pedido de anulação;
- **Redução do rácio de despesas gerais** – melhorar a eficiência dos processos e consequentemente o resultado de exploração;
- **Aumento da quota de mercado** - consolidar a posição de liderança da Caixa Seguros no mercado de Seguros de Saúde, mesmo num período de estagnação do mercado como o atual;
- **Reformulação da oferta Multicare** – reposicionar a Companhia no mercado, através do lançamento de novos produtos que atendam às necessidades manifestadas pelos clientes, face à conjuntura económico-social atual;
- **Melhoria do índice de satisfação dos clientes** – acompanhar o impacto, nos clientes, de todas as medidas adotadas;

- **Cumprimento do plano informático** – garantir o grau de execução dos projetos em curso no Departamento de Sistemas de Informação, tendo em conta o cumprimento das metas temporais;
- **Promoção da melhoria contínua** - assegurar o bom funcionamento dos serviços e níveis elevados de satisfação dos clientes, tanto a nível interno, como externo;
- **Desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais** – melhorar a formação interna dos colaboradores, quer através de ações formativas, quer através da partilha interdepartamental de conhecimentos.

Privilegiando o risco em detrimento do consumo, a Multicare ofereceu ao mercado uma oferta reformulada, com capitais mínimos de internamento aumentados, planos sem limite de idade de permanência, inclusão de coberturas de doenças graves e proteção em situação de desemprego.

No âmbito da melhoria do resultado técnico e conseqüentemente das condições de oferta, implementou-se um conjunto de ações de redução dos custos com sinistros, das quais destacamos o aumento do empacotamento cirúrgico nos prestadores de internamento, a renegociação dos custos da patologia clínica, de tabelas de especialidade e dos preçários de consultas, bem como o desenvolvimento de uma rede convencional de óticas e o desenvolvimento de uma área específica de deteção de fraude.

A proatividade na retenção de clientes motivou a criação de uma área com enfoque nos pedidos de anulação de apólices. Esta equipa contacta diretamente com os clientes auscultando motivos de anulação e níveis de satisfação com o seguro e o produto. Propõe alternativas financeiras que possam desmotivar o intuito de anulação, designadamente, descontos no prémio, diferentes fracionamentos ou novos produtos mais adequados às necessidades dos clientes.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, as ações de melhoria na qualidade de serviço e eficiência operacional, pretendem assegurar a credibilidade interna e a confiança e satisfação dos clientes e tiveram tradução imediata na melhoria do índice de satisfação de clientes.

No que refere ao inquérito de satisfação a clientes, o objetivo foi superado, tendo sido atingido, neste ano, um nível de satisfação de 7,9, numa escala de 1 a 10. O inquérito foi realizado a utilizadores diretos do seguro e foi avaliado o grau de satisfação global e o nível de recomendação.

Tomadores de Seguro:

- Satisfação: 7,48
- Recomendação: 7,37

Pessoas Seguras:

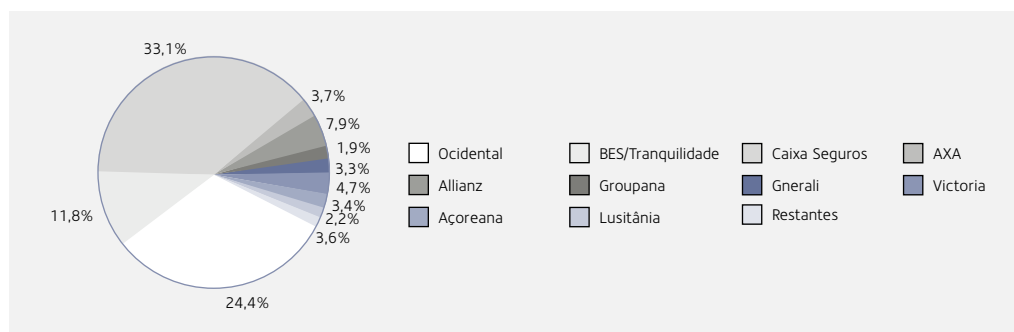
- Satisfação: 8,32
- Recomendação: 8,43

Assim, a Multicare obteve um índice de satisfação total de 7,90 e identificou como itens a melhorar a maior divulgação das coberturas dos planos contratados e dos procedimentos administrativos, nomeadamente no que diz respeito a pedidos de autorização.

2.1. Principais Indicadores de Atividade

Quota de mercado

A Caixa Seguros e Saúde conseguiu manter a quota de mercado atingida no ano anterior, o que veio consolidar a liderança, dado que os principais players viram a sua quota reduzida em cerca de 0,5 p.p..

**Rácios por Pessoa Segura**

Verifica-se, nos principais rácios por Pessoa Segura, uma melhoria do custo médio e uma redução da frequência de sinistro por pessoa segura.

Apesar de se ter registado um aumento ténue da taxa de utilização, a taxa de sinistralidade, do ramo Doença da CSS, diminuiu significativamente, devido à redução do custo por pessoa segura, motivado quer pela monitorização de prestadores, em especial a redução de custos das consultas e a reformulação da tabela de Dermatologia, quer pelo encerramento de contas correntes de anos anteriores, com os grandes grupos hospitalares.

Atos médicos por cobertura

No que respeita aos atos médicos realizados por cobertura, destacam-se as tipologias nas quais ocorreram maior número de atos, comparativamente com o verificado em 2011:

	2012	2011
Internamentos (*)	37 000	32 000
Consultas	1 261 000	1 110 500
Fisioterapia	183 500	158 500
Exames		
Radiologia	124 500	120 500
Ecografia	211 500	201 000
TAC	30 500	28 500
RMN	19 000	17 000

(*) – Inclui Partos;

Reclamações

O número de reclamações recebidas durante o ano 2012 traduz uma redução de 13,0% face ao ano anterior e representa uma média mensal de 53 reclamações.

Esta redução reflete a melhoria operativa da Multicare, bem como a preocupação pelo serviço ao Cliente. Também os Postos Avançados Multicare têm permitido uma maior proximidade ao Cliente contribuindo para a diminuição do número de reclamações.

	2012	2011	%
N.º Reclamações	632	726	-0,13
Tempo médio de resposta (dias)	5,7	5,7	0,00

A maioria das reclamações registadas é dirigida diretamente pelo cliente, pelo que os restantes canais de entrada, designadamente, ISP, Livro de reclamações, DECO e advogado, têm uma representatividade bastante reduzida.

Chamadas Recebidas

A tendência de redução do número de chamadas recebidas, verificada no ano anterior, manteve-se em 2012. Este indicador reflete também a melhoria da generalidade dos níveis de serviço ao cliente.

	2012	2011	%
N.º de chamadas recebidas	673 415	696 260	-0,03
Taxa de chamadas atendidas (%)	96,8%	93,2%	0,04

Níveis de Serviço

Verifica-se uma evolução positiva na generalidade dos indicadores de atividade, face ao período homólogo, que reflete a melhoria contínua da qualidade de prestação de serviços.

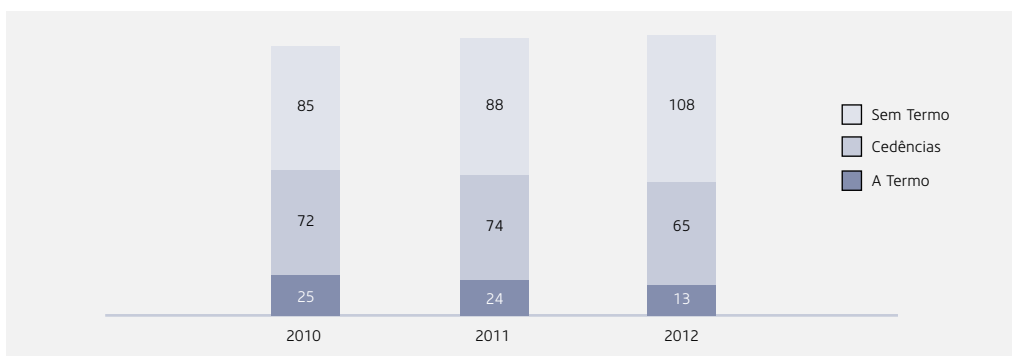
Neste sentido, destaca-se o tempo médio de aceitação/emissão de apólices individuais e tailor made, bem como o rácio de produtividade (Pessoas Seguras/colaborador).

Também se denota uma ligeira melhoria no tempo médio de emissão dos sinistros rede e o tempo médio de reembolso continua a constituir uma vantagem qualitativa face ao mercado.

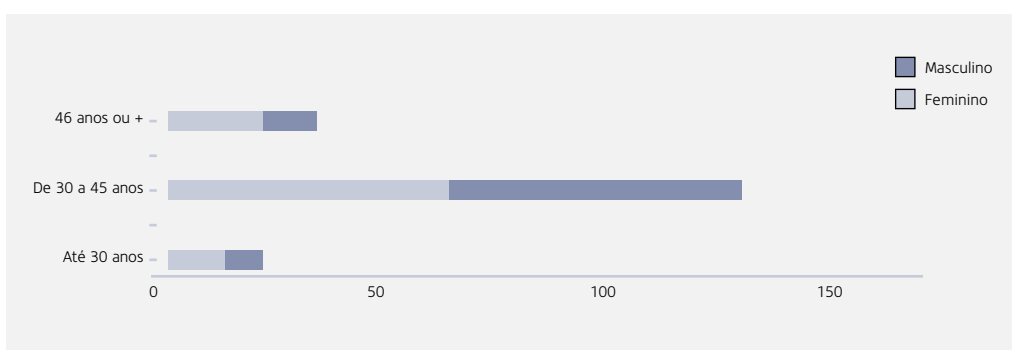
2.2. Recursos Humanos

Em 2012 constata-se a consolidação da estabilidade na estrutura orgânica da Multicare e no quadro de pessoal adstrito, sem prejuízo da manutenção da política de reforço das competências dos colaboradores, mediante recrutamento intra-grupo e transferências internas.

A Multicare manteve no quadro os 186 colaboradores com que encerrou o ano anterior; contudo, verifica-se uma redução significativa no número de contratos a termo com correspondente transição para contratos sem termo, fruto do esforço de estabilização do Quadro de Pessoal.



Verifica-se a preponderância do escalão etário 30-45, que representa 68% do total de colaboradores e a predominância do sexo feminino (62%).



No que respeita às habilitações académicas, verifica-se uma inversão, relativamente ao ano anterior, dos pesos de habilitação superior (48%) face ao secundário (45%).

Dado o enquadramento económico atual, verificou-se a restrição de pedidos de realização de ações externas, com custo, pelo que houve um decréscimo do número de ações de formação realizadas em 2012.

A consolidação da avaliação de desempenho e gestão por objetivos foi uma constante e deverá permitir a identificação dos colaboradores com a estratégia definida e a orientação dos mesmos para os objetivos da Companhia.

2.3. Evolução da Carteira

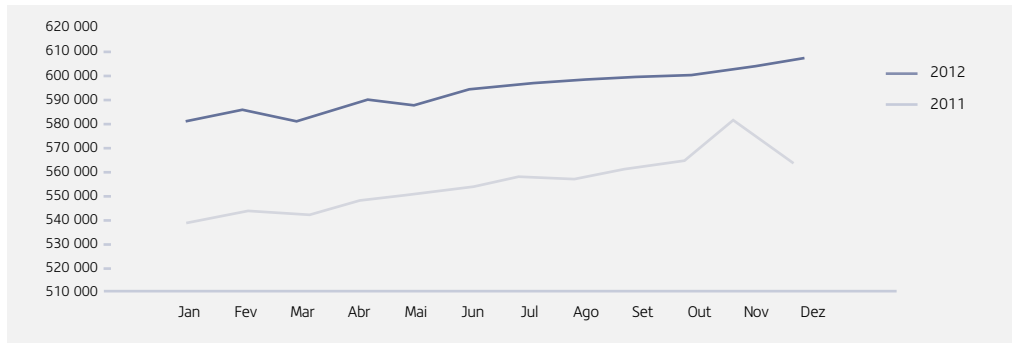
Resseguro Aceite

O volume de prémios emitidos de Resseguro Aceite alcançado em 2012 foi de 180.525 m€, o que representa um crescimento de 3,4%, face ao período homólogo.

	Prémios RA		
	2012	2011	Variação (%)
Total	180 525	174 595	3,4

Das empresas cedentes destaca-se a Fidelidade, que após a fusão das Companhias agrega as carteiras da Fidelidade Mundial e Império Bonança. A Multicare gere uma carteira com maior peso de seguros de grupo que representam 61% do total de prémios brutos em resseguro.

Evolução das Pessoas Seguras



O número de Pessoas Seguras registou um aumento na ordem dos 8,5 p.p., tendência de crescimento aumentada face à verificada no ano anterior, que fica a dever-se ao número de Cartões de Acesso à Rede Activcare, que praticamente duplicou, e ainda aos novos produtos Simplecare.

A taxa de sinistralidade de resseguro aceite é de 79,1%, que regista uma melhoria na ordem dos 4,1 p.p..

Seguro Direto

Os prémios de Seguro Direto atingiram em 2012 o valor de 2.819 m€, em linha com os prémios emitidos em 2011.

O volume de sinistros representa 84,0% do total de prémios adquiridos no exercício, o que traduz uma redução de 1,0 p.p., face ao ano anterior.

3. Resultados

Da análise às Demonstrações Financeiras de 2012 destacam-se os seguintes aspetos:

Resultado técnico

O resultado técnico global da Multicare foi positivo em 21.259 m€.

Este resultado decorre essencialmente do negócio de Resseguro Aceite, que apresentou um Resultado Técnico positivo de 21.805 m€, superior em 40,4% ao resultado obtido no ano anterior.

	2012	2011	Var. (%)
Prémios	180 525	174 595	3,4
Var. PPNA	1 568	-445	452,9
Prémios Adquiridos	182 093	174 150	4,6
Varição Prov. Riscos em Curso	2 345	-2 193	206,9
Comissões	-19 405	-18 767	-3,4
Custos de Aquisição Diferidos	77	-725	110,6
Indemnizações	-143 966	-144 845	0,6
Participação nos Resultados	-1 505	5 800	-126,0
Rendimentos Provisões Retidas	2 166	2 105	2,9
Resultado Técnico Resseguro Aceite	21 805	15 526	40,4
Taxa de Sinistralidade	79,1%	83,2%	-4,1 p.p

(Valores em Euros)

Os prémios adquiridos de Resseguro Aceite, ascenderam a 182.093 m€. As indemnizações, atingiram 143.935 m€, valor ao qual acresce a variação da provisão com despesas de regularização de sinistros (31 m€), originando um montante de indemnizações de 143.966 m€. Destas variáveis, resulta uma taxa de sinistralidade conjunta de Resseguro Aceite de 79,1%, que representa uma redução de 4,1 p.p face à de 2011.

Tendo em consideração a redução da taxa de sinistralidade das cedentes e a aplicação do Tratado de Resseguro estabelecido, a Participação nos Resultados traduziu um custo de 1.505 m€, correspondente à partilha do lucro com as companhias cedentes. Este impacto na taxa de sinistralidade originou igualmente uma redução da necessidade de provisão para riscos em curso.

O custo com comissões de resseguro aceite ascendeu a 19.405 m€; o acréscimo face ao ano anterior é justificado pelo crescimento de 3,4% dos prémios brutos emitidos.

Para o Resultado Técnico de Resseguro Aceite contribuíram, também, os Rendimentos, quer das provisões retidas pelas cedentes – Provisão Para Prémios Não Adquiridos e Provisão Para Sinistros – quer dos restantes investimentos, que ascenderam a 2.166 m€, apresentando uma melhoria face ao valor de 2011 em cerca de 2,9 p.p..

A conjugação do aumento dos prémios adquiridos com a redução do volume de indemnizações justifica o resultado técnico de seguro direto, positivo no valor de 190,8 m€.

O Resultado Técnico da Retrocessão traduz um custo de 736,9 m€ e respeita aos Tratados de Resseguro estabelecidos com a seguradora Cares e com a resseguradora Munich Re.

Custos por natureza a imputar

Os Custos por Natureza a Imputar atingiram o valor de 13.605 m€, o que representa um crescimento de 4,1 p.p., quando comparado com o ano anterior. Este crescimento fica a dever-se, essencialmente, à rubrica Outras Provisões. O aumento destes custos é atenuado pelo crescimento dos Prémios Adquiridos, permitindo uma variação insignificante no rácio de despesas gerais sobre Prémios, que se situou em 7,4%. Os custos distribuíram-se do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	2012	2011	Var. (%)
Despesas com Pessoal	7 426	7 352	1,0
FSE	4 760	5 033	-5,4
Impostos e Taxas	19	32	-38,9
Comissões (Serv. Bancários) e Juros	344	392	-12,3
Amortizações Imob. Corpóreo	933	50	1.765,9
Juros suportados	114	200	-43,1
Comissões	9	16	-39,5
Total	13 605	13 075	4,1
% do total de Prémios SD+RA	7,4%	7,4%	-0,03 p.p.

O acréscimo verificado em Custos com Pessoal, de 1,0%, não corresponde à situação real. Esta variação resulta de acertos contabilísticos que, se não registados, inverteriam o sentido desfavorável da variação.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram uma diminuição de cerca de 5,4%, resultante de uma melhoria generalizada da eficiência operacional que se traduziu, essencialmente, na redução de despesas informáticas e com comunicações.

As variações verificadas na taxa de juro Euribor, em 2012, justificam a redução dos custos com comissões bancárias e juros, referentes ao Empréstimo Subordinado.

As amortizações apresentaram uma variação negativa de 12,3%, quando comparadas com o período homólogo.

A rubrica outras provisões reflete um crescimento significativo, decorrente da constituição de provisões para custos de ação judicial.

Provisões técnicas

As Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro Aceite representaram 63.403 m€, sendo 22.097 m€ relativos a provisão para prémios não adquiridos e 41.062 m€ a provisão para sinistros; os restantes 245 m€ refletem a provisão para riscos em curso.

Os ativos passíveis de serem afetos à representação das provisões técnicas ascenderam, em 2012, a 92.664 m€ e cobrem as provisões técnicas de Seguro Direto e Resseguro em 146%.

A Companhia tem, assim, inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros e cumpre os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de Margem de Solvência e do Fundo de Garantia.

Cobertura das Responsabilidades Assumidas pela Multicare

(Valores em Euros)

Ativos de Representação das Prov. Técnicas	2012	%	2011	%
Ações e Outros Títulos de Rend. Var.	372	0,4	2 519	2,8
Obrigações e Outros Títulos de Rend. Fixo	28 196	30,4	21 927	24,6
Outros Investimentos	0	0,0	189	0,2
Depósitos e Caixa	927	1,0	697	0,8
Empréstimos e contas a receber				
Depósitos junto de Empresas Cedentes	63 069	68,2	62 767	70,4
Outros Depósitos	0	0,0	1 002	1,1
Total de Ativos	92 664	100,0	89 099	100,0
Provisões Técnicas	63 403		68 284	
Empréstimo Subordinado	15 000		15 000	
Total Responsabilidades	78 403		83 284	
Rácio de Cobertura S/ Provisões Técnicas	146,2%		130,5%	
Rácio de Cobertura Total Responsabilidades	118,2%		107,0%	

Resultado líquido

Os Resultados Técnico e Financeiro, conduziram a um resultado líquido positivo de 5.335 m€, que corresponde a um crescimento significativo face a 2011, devido, essencialmente, à boa performance do negócio de resseguro.

(Valores em Euros)

Resultados	2012	2011
Resultado Técnico	21 259	15 033
Custos por Natureza a Imputar	-13 605	-13 075
Resultado de Exploração	7 654	1 958
Proveitos não Afetos	0	1
Outros Encargos (*)	-179	-1.106
Resultados Antes de Impostos	7 475	853
Imposto s/ Rendimento	-2 140	-269
Resultado Líquido	5 335	584

(*) Os outros encargos incluem diferenças de câmbio, perdas de imparidade e ganhos pela valorização de ativos

Capital próprio

O Capital Próprio ascendeu a 33.595 m€ e traduz um crescimento de cerca de 26,7%, face ao ano anterior:

(Valores em Euros)		
Capital Próprio	2012	2011
Capital	18 000	18 000
Reservas	10 256	7 916
Resultados Transitados	4	7
Resultado do Exercício	5 335	584
Total	33 595	26 507

A evolução verificada deve-se, essencialmente, à melhoria do resultado líquido.

4. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido é positivo e ascende a 5.335.405,17 € (Cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinco euros e dezassete cêntimos).

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reserva Legal (10%)	533 540,52 €
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	4 801 864,65 €
Total	5 335 405,17 €

5. Perspetivas de Evolução

A Multicare é a seguradora do ramo Saúde do Grupo Caixa Seguros e Saúde (CSS), pelo que a sua orientação estratégica terá subjacente as referências do Grupo.

O foco na melhoria do resultado líquido, através da consolidação da posição de mercado, do incremento do resultado técnico e da melhoria da eficiência operacional, aliado à eficiência comercial, alavancada na qualidade de serviços, constituíram as referências de atuação no mercado do Grupo Caixa Seguros e Saúde. O crescimento da atividade internacional e o aperfeiçoamento organizacional estarão também no seu centro de atuação.

Assim, com as linhas de orientação referidas e com as projeções económicas avançadas, perspetivam-se condições favoráveis à rentabilização dos recursos investidos e ao incremento do valor para o acionista.

A evolução esperada em 2013 para o setor da saúde afigura-se um desafio ao qual a Multicare responderá.

O Plano Estratégico, para 2013, exigirá um empenho redobrado de todos os colaboradores e estabelece um conjunto bastante exigente de objetivos, nomeadamente:

• **Dimensão económico-financeira**

- Redução da taxa de sinistralidade;
- Melhoria do índice de recuperação de anulações;
- Redução do rácio de despesas gerais.

• **Melhoria da oferta a clientes**

- Aumento da quota de mercado;
- Projeto de redes próprias – segmentação das redes de internamento e imagiologia.

• **Processos internos**

- Implementação de mecanismos de faturação eletrónica.

Em paralelo pretende-se a consolidação da área de deteção de fraude e a continuação de implementação de ações para redução dos custos com sinistros, bem como a manutenção da política de promoção da melhoria contínua, que reflete o inconformismo que caracteriza a organização e ainda o investimento em formações internas e externas com o objetivo do desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais dos colaboradores.

Sempre pautada pelos princípios da inovação, a Multicare continuará a apostar na disponibilização aos clientes de funcionalidades ao nível do site, que visam a melhoria de processos, melhoria da qualidade da informação disponível e maior satisfação de clientes, inerente à qualidade de serviço prestado.

Pretende-se com estes objetivos que a Multicare possa melhorar a rentabilidade da sua exploração e consolidar a sua posição no mercado.

6. Considerações Finais

Conforme disposto no artigo 21 do D.L. n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

No decurso do exercício de 2012 verificaram-se alterações na composição do Conselho de Administração, tendo deixado de exercer funções de Presidente do mesmo Órgão o Senhor Dr. Armando António Poço Pires, ao qual o Conselho endereça uma palavra de especial apreço e reconhecimento.

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a atividade da Companhia, salientando particularmente:

- O Conselho Fiscal, pelo interesse e empenho colocados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia;
- O Acionista, pelo apoio prestado ao desenvolvimento da atividade da Companhia;
- Os Colaboradores, pelo empenho e competência demonstrados ao longo do exercício;
- Os Clientes, pela preferência com que distinguiram a Multicare e pelo estímulo à permanente melhoria das suas realizações.

Lisboa, 07 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Presidente

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada por:
José António Rodrigues Nunes Coelho

Vogais

Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho
Maria João Carozo Honório Paulino de Sales Luís

Anexo ao Relatório de Gestão a que se refere o Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais

À data do encerramento do exercício de 2012, encontrava-se na situação prevista no artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais a CAIXA SEGUROS E SAÚDE – SGPS, S.A., titular de 3.600.000 de ações representativas de 100% do capital social e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

Balancos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Balanco	Notas	2012			2011
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 8	19 385 208	-	19 385 208	11 184 694
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	4 e 8 (anexo 1)	89 112	-	89 112	91 877
Ativos disponíveis para venda	5 e 8 (anexo 1)	28 567 617	-	28 567 617	24 445 467
Empréstimos e contas a receber	8	63 169 843	-	63 169 843	63 768 556
Depósitos junto de empresas cedentes	6	63 169 843	-	63 169 843	62 766 903
Outros depósitos	6	-	-	-	1 001 653
Investimentos a deter até à maturidade	7 e 8	-	-	-	188 615
Outros ativos tangíveis	8 e 9	875 669	(730 144)	145 525	234 778
Inventários		14 382	-	14 382	20 100
Outros ativos intangíveis	10	1 319 919	(950 474)	369 445	551 133
Provisões técnicas de resseguro cedido		406 914	-	406 914	404 883
Provisão para prémios não adquiridos	11	367 686	-	367 686	390 182
Provisão para sinistros	11	39 228	-	39 228	14 701
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		175	-	175	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		7 013 671	(15 125)	6 998 546	11 267 281
Contas a receber por operações de seguro direto	12	3 510 979	-	3 510 979	5 210 987
Contas a receber por outras operações de resseguro	12	3 209 612	-	3 209 612	5 448 045
Contas a receber por outras operações	12 e 30	293 080	(15 125)	277 955	608 249
Ativos por impostos		212 685	-	212 685	667 717
Ativos por impostos correntes	13	-	-	-	135
Ativos por impostos diferidos	13	212 685	-	212 685	667 582
Acréscimos e diferimentos	14	97 438	-	97 438	310 288
TOTAL ATIVO		121 152 633	(1 695 743)	119 456 890	113 135 389

Balanços em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Balanço	Notas	2012	2011
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas		63 403 339	68 283 519
Provisão para prémios não adquiridos	15	22 096 501	23 741 339
Provisão para sinistros		41 062 190	41 952 352
De outros ramos	15 (anexo 2)	41 062 190	41 952 352
Provisão para riscos em curso	15	244 648	2 589 828
Outros passivos financeiros		15 000 000	15 000 000
Passivos subordinados	16	15 000 000	15 000 000
Outros credores por operações de seguros e outras operações		2 328 665	1 490 341
Contas a pagar por operações de seguro direto	17	762 291	336 475
Contas a pagar por outras operações de resseguro	17	307 190	169 615
Contas a pagar por outras operações	17	1 259 184	984 251
Passivos por impostos		2 431 108	494 485
Passivos por impostos correntes	13	2 284 037	492 061
Passivos por impostos diferidos	13	147 071	2 424
Acréscimos e diferimentos	18	1 453 737	1 000 079
Outras Provisões	19	1 245 328	359 686
TOTAL PASSIVO		85 862 177	86 628 110
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	20	18 000 000	18 000 000
Reservas de reavaliação		504 382	(1 854 932)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	21	504 382	(1 857 698)
De diferenças de câmbio	21	-	2 766
Reserva por impostos diferidos	21	(146 271)	461 014
Outras reservas	21	9 897 557	9 309 683
Resultados transitados	21	3 640	7 280
Resultado do exercício	21	5 335 405	584 234
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		33 594 713	26 507 279
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		119 456 890	113 135 389

Lisboa, 5 de março de 2013

**O Diretor de Contabilidade
e Informação Financeira
e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoJosé António Rodrigues Nunes Coelho
Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Contas de Ganhos e Perdas	Notas	2012			2011
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		183 649 590	-	183 649 590	176 096 772
Prémios brutos emitidos	22 (anexo 4)	183 343 723	-	183 343 723	177 348 359
Prémios de resseguro cedido	22 (anexo 4)	(1 239 634)	-	(1 239 634)	(869 586)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	15 e 22 (anexo 4)	1 567 997	-	1 567 997	(444 351)
Provisão para prémios não adquiridos parte resseguradores (variação)	22 (anexo 4)	(22 496)	-	(22 496)	62 350
Custos com sinistros líquidos de resseguro		(151 627 977)	-	(151 627 977)	(152 624 784)
Montantes pagos		(149 634 340)	-	(149 634 340)	(164 146 749)
Montantes brutos	23 e 24 (anexo 3)	(149 881 160)	-	(149 881 160)	(164 121 690)
Parte dos resseguradores	23 (anexo 3)	246 820	-	246 820	(25 059)
Provisão para sinistros (variação)		(1 993 637)	-	(1 993 637)	11 521 965
Montante bruto	23 (anexo 3)	(2 018 164)	-	(2 018 164)	11 507 264
Parte dos resseguradores	23	24 527	-	24 527	14 701
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	15	2 345 180	-	2 345 180	(2 193 141)
Custos e gastos de exploração líquidos		(28 901 947)	-	(28 901 947)	(21 415 278)
Custos de aquisição	24 (anexo 4)	(24 566 613)	-	(24 566 613)	(16 807 153)
Custos de aquisição diferidos (variação)	15 (anexo 4)	76 841	-	76 841	(724 774)
Gastos administrativos	24 (anexo 4)	(4 666 036)	-	(4 666 036)	(4 074 771)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(anexo 4)	253 861	-	253 861	191 420
Rendimentos		2 210 570	216	2 210 786	2 125 138
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	26	2 210 570	216	2 210 786	2 125 138
Gastos financeiros		(21 201)	-	(21 201)	(30 445)
Outros	24 e 27	(21 201)	-	(21 201)	(30 445)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		13 016	-	13 016	(131 627)
De ativos disponíveis para venda	28	13 016	-	13 016	(131 627)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		1 192	-	1 192	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		1 192	-	1 192	-
Diferenças de câmbio	29	5 871	-	5 871	2 305
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(46 016)	41 101	(4 915)	(700 275)
De ativos disponíveis para venda	30	(216)	-	(216)	(168 279)
De investimentos a deter até à maturidade	30	(45 800)	-	(45 800)	(391 502)
De outros	30	-	41 101	41 101	(140 494)
Outros rendimentos/gastos	31	-	(194 621)	(194 621)	(276 098)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		7 628 278	(153 304)	7 474 974	852 567
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	13	-	(2 147 310)	(2 147 310)	(415 188)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	13	-	7 741	7 741	146 855
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		7 628 278	(2 292 873)	5 335 405	584 234

Lisboa, 5 de março de 2013

O Conselho de Administração

**O Diretor de Contabilidade
e Informação Financeira
e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

José António Rodrigues Nunes Coelho
Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Maria João Caroço Honório Paulino de Sales Luís

Demonstração de Variações no Capital Próprio nos Exercícios de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas por Impostos Diferidos	Reserva legal	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
					Prémios de emissão	Outras reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	18 000 000	(803 151)	216 074	348 655	7 200 000	1 403 582	10 919	603 807	26 979 886
Aplicação do resultado	-	-	-	100 000	-	257 446	246 361	(603 807)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(250 000)	-	(250 000)
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1 051 781)	244 940	-	-	-	-	-	(806 841)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	584 234	584 234
Saldos em 31 de dezembro de 2011	18 000 000	(1 854 932)	461 014	448 655	7 200 000	1 661 028	7 280	584 234	26 507 279
Aplicação do resultado	-	-	-	100 000	-	487 874	(3 640)	(584 234)	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	2 359 314	(607 285)	-	-	-	-	-	1 752 029
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	5 335 405	5 335 405
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18 000 000	504 382	(146 271)	548 655	7 200 000	2 148 902	3 640	5 335 405	33 594 713

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2012	2011
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	5 335 405	584 234
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Valor bruto	2 359 314	(1 051 781)
Imposto diferido	(607 285)	244 940
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	1 752 029	(806 841)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	7 087 434	(222 607)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	182 104 089	176 478 773
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(146 977 347)	(156 646 730)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços líquidas	(19 708 902)	(19 066 102)
Recebimentos de participações nos resultados líquidas de resseguro	(1 251 347)	5 991 653
Resultados cambiais	5 871	2 305
Pagamentos a empregados e fornecedores	(11 522 419)	(12 725 967)
Outros	(220 976)	(328 437)
	2 428 969	(6 294 505)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	3 938 442	(7 261 357)
Devedores por outras operações	324 065	203 563
	4 262 507	(7 057 794)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por operações de seguro direto e resseguro	563 391	(1 002 219)
Credores por outras operações	274 931	(216 180)
Outros passivos	4 206	15 725
	842 528	(1 202 674)
Caixa líquida das Atividades operacionais antes de impostos	7 534 004	(14 554 973)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(359 405)	(298 320)
Caixa líquida das Atividades operacionais	7 174 599	(14 853 293)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 519 242	22 039 601
Ativos financeiros a deter até à maturidade	146 871	-
Empréstimos e contas a receber	1 000 000	15 674 307
Rendimentos de ativos financeiros	8 523 030	2 243 383
Outros recebimentos	5 718	-
	13 194 861	39 957 291
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(11 579 967)	(10 419 739)
Empréstimos e contas a receber	(402 940)	(6 500 000)
Ativos tangíveis e intangíveis	(73 150)	(590 807)
Outros	-	(90 537)
	(12 056 057)	(17 601 083)
Caixa líquida das Atividades de Investimento	1 138 804	22 356 208
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros de passivos subordinados	(112 889)	(198 230)
Distribuição de Dividendos	-	(250 000)
Caixa líquida das Atividades de financiamento	(112 889)	(448 230)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	8 200 514	7 054 685
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 184 694	4 130 009
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 385 208	11 184 694

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota Introdutória

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare” ou “Companhia”) é uma sociedade anónima constituída em Portugal em 13 de março de 2007. A Companhia tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

A Companhia é a subsidiária da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. vocacionada para a gestão de seguros de saúde, para o que possui uma rede convencionada de prestadores de cuidados de saúde. Durante o ano de 2007 foram celebrados tratados de resseguro aceite com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., através dos quais a Companhia passou a assegurar a gestão das carteiras destas entidades com efeitos a partir de 1 de outubro de 2007.

As demonstrações financeiras da Multicare em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2013. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

2.2. Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.3. Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, é ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.4. Outros Ativos Tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de Vida Útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.5. Locação Financeira

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

2.6. Ativos Intangíveis

Esta rubrica inclui os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.7. Impostos Sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2012 e 2011 corresponde a 26,5%, acrescida em 2012 da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 10.000.000 Euros, e de 5% sobre a parte do lucro que exceda este valor. Em 2011, a taxa agregada foi acrescida da respetiva Derrama Estadual determinada nos termos da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros.

A Companhia é detida a 100% pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., sendo tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo código.

Até 2011 inclusive, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. foi para efeitos de tributação do grupo de sociedades a sociedade dominante. Em 2012 a sociedade dominante passou a ser a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Caixa Geral de Depósitos é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Na sequência da adoção do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aplicável a partir do exercício de 2008, tornou-se necessário adaptar as regras de determinação do lucro tributável, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à nova regulamentação contabilística aplicável ao setor segurador, tendo sido publicado o regime fiscal transitório através do Decreto-lei n.º 237/2008, de 15 de dezembro.

Neste âmbito, por força da aplicação do novo diploma para efeitos de determinação do lucro tributável, a partir de 1 de janeiro de 2008 foi revogado o artigo 79-A.º do Código do IRC e consagrada uma regra ao abrigo da qual os efeitos nos capitais próprios, considerados fiscalmente relevantes decorrentes da aplicação do novo PCES, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes.

2.8. Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

2.9. Contratos de Seguro e Contratos de Investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Estes prémios, bem como os custos de aquisição associados, são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

A provisão para sinistros é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões é avaliada/validada ao longo do ano pelo atuário responsável, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

g) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.10. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.11. Caixa e Seus Equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem".

2.12. Estimativas Contabilísticas Críticas e Aspetos Julgamentais mais Relevantes na Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Multicare – Seguros de Saúde, S.A.. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Multicare com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Multicare considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e de resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.9. acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas contas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Caixa e seus equivalentes		
Sede	196	357
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional		
Afetos	867 502	547 966
Não afetos	18 458 196	10 487 553
Em moeda estrangeira		
Afetos	59 314	148 818
	19 385 208	11 184 694

4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012		
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Valor de balanço
Valorizadas ao custo:			
Universal Seguros, S.A.	1,00%	89 112	89 112

(Valores em Euros)

	2011		
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Valor de balanço
Valorizadas ao custo:			
Universal Seguros, S.A.	1,00%	91 877	91 877

Os dados financeiros da Universal Seguros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor segurador	2012						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Universal Seguros, S.A. (b)	Angola	1,00%	9 595 263	6 547 165	3 048 098	(2 488 920)	4 518 302

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando uma taxa de câmbio de 126,97 Euro/Kwanza.

(Valores em Euros)

Setor segurador	2011						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Universal Seguros, S.A. (b)	Angola	1,00%	7 743 780	1 770 673	5 973 107	(402 025)	1 973 117

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando uma taxa de câmbio de 122,92 Euro/Kwanza.

Em 7 de abril de 2011, a Multicare adquiriu 1 ação da Universal Seguros, S.A., representativa de 1% do capital social pelo montante de 12.304.976,66 Kwanzas, equivalente a 89.111,61 Euros.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 30)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 21)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	6 050 713	160 796	6 211 509	-	6 211 509	75 521	6 287 030
De emissores estrangeiros							
Itália	493 644	7 745	501 389	-	501 389	(5 119)	496 270
Holanda	295 123	6 756	301 879	-	301 879	11 377	313 256
Alemanha	523 682	17 309	540 991	-	540 991	28 518	569 509
França	1 530 435	18 760	1 549 195	-	1 549 195	58 575	1 607 770
De outros emissores							
De emissores nacionais	997 482	8 530	1 006 012	-	1 006 012	27 340	1 033 352
De emissores estrangeiros	12 306 645	197 361	12 504 006	-	12 504 006	300 383	12 804 389
De empresas do Grupo	4 949 243	137 651	5 086 894	-	5 086 894	(2 758)	5 084 136
	27 146 967	554 908	27 701 875	-	27 701 875	493 837	28 195 712
Instrumentos de capital							
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	604	604
	-	-	-	-	-	604	604
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	9 941	371 301
	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	9 941	371 301
	27 638 966	554 908	28 193 874	(130 639)	28 063 235	504 382	28 567 617

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros instrumentos" corresponde a investimentos em unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

A exposição da Companhia a instrumentos de Dívida Pública, de acordo com os respetivos prazos residuais, é apresentada na Nota 34.

(Valores em Euros)

	2011						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 30)	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 21)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	3 584 194	164 544	3 748 738	-	3 748 738	(1 084 708)	2 664 030
De emissores estrangeiros							
Itália	492 987	7 745	500 732	-	500 732	(90 086)	410 646
Holanda	299 648	6 752	306 400	-	306 400	3 444	309 844
Alemanha	531 234	17 308	548 542	-	548 542	27 240	575 782
França	1 564 531	18 709	1 583 240	-	1 583 240	3 997	1 587 237
De outros emissores							
De emissores nacionais	1 250 725	16 221	1 266 946	-	1 266 946	(35 903)	1 231 043
De emissores estrangeiros	15 486 063	185 083	15 671 146	-	15 671 146	(523 067)	15 148 079
	23 209 382	416 362	23 625 744	-	23 625 744	(1 699 083)	21 926 661
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores estrangeiros	2 538 052	-	2 538 052	(221 991)	2 316 061	(167 761)	2 148 300
	2 538 052	-	2 538 052	(221 991)	2 316 061	(167 761)	2 148 300
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	9 146	370 506
	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	9 146	370 506
	26 239 433	416 362	26 655 795	(352 630)	26 303 165	(1 857 698)	24 445 467

Em 1 de outubro de 2011 a Companhia reclassificou para a rubrica "Investimentos a deter até à maturidade" as obrigações da Dívida Pública Grega anteriormente registadas como ativos disponíveis para venda. De acordo com o previsto na norma IAS 39, esta reclassificação foi efetuada com base no justo valor dos ativos transferidos na data da reclassificação, o qual ascendia a 185.538 Euros, permanecendo reconhecida em capitais próprios a correspondente reserva de justo valor negativa, cujo saldo nessa data ascendia a 387.739 Euros, a ser reconhecido em resultados até ao vencimento das obrigações, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. A Companhia reconheceu posteriormente perdas por imparidade relativamente a este ativo, tendo a totalidade da referida reserva de justo valor negativa sido reconhecida em resultados (Nota 7).

6. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2012	2011
Depósitos junto de empresas cedentes:		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	63 169 843	62 766 903
	63 169 843	62 766 903
Outros depósitos:		
Depósitos a prazo	-	1 001 653
	63 169 843	63 768 556

Os depósitos junto de empresas cedentes correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo remunerados à taxa Euribor a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da rubrica "Depósitos a prazo" corresponde a um depósito a prazo efetuado junto da Caixa Geral de Depósitos, no montante de 1.000.000 Euros, o qual é remunerado à taxa de juro anual de 3,5% e tem prazo de vencimento em 14 de junho de 2012.

7. Investimentos a Deter até à Maturidade

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)									
2011									
	Valor nominal	Custo amortizado	Juros a receber	Perdas por imparidade	Valor de balanço	Valor de mercado (1)	Valias potenciais não reconhecidas	Valias potenciais antes da reclassificação	Perdas por imparidade totais (Nota 30)
Instrumentos de dívida:									
De dívida pública									
De emissores estrangeiros									
Grécia	600 000	184 853	7 525	(3 762)	188 615	129 162	(59 453)	(387 739)	(391 502)
	600 000	184 853	7 525	(3 762)	188 615	129 162	(59 453)	(387 739)	(391 502)

(1) Corresponde ao valor de mercado apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.3.

Em 1 de outubro de 2011 a Companhia reclassificou para a rubrica "Investimentos a deter até à maturidade" as obrigações da Dívida Pública Grega anteriormente registadas como ativos disponíveis para venda, cujo valor de balanço à data da reclassificação ascendia a 185.538 Euros (Nota 5).

A evolução do mercado de dívida soberana emitida pela República Helénica foi afetada pela evolução da economia interna daquele país, pelas prolongadas negociações relativas ao segundo programa de ajuda e ainda pela elevada incerteza associada ao resultado das negociações relativas ao associado contribuinte do setor privado (PSI). Durante o exercício de 2011, e no âmbito estrito do mercado da dívida pública helénica, estes eventos estiveram associados a crescentes graus de incerteza sobre a capacidade da República Helénica em solver, integralmente, os seus compromissos.

Nesse contexto foram considerados indícios de perda permanente:

1. A implementação do segundo programa de ajuda da União Europeia e do FMI, com início da negociação do PSI;
2. Os níveis de preços de transação em mercado, próximos dos níveis observados em obrigações com problemas de crédito;
3. O downgrade sucessivo a que foi sujeita a dívida soberana da República Helénica, até serem atingidas as notações "CC" pela S&P e "Ca" pela Moody's.

Neste contexto, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reconheceu perdas por imparidade relativamente aos títulos da Dívida Pública Grega, no montante total de 391.502 Euros, as quais foram calculadas com base no pressuposto de recuperação de 50% do valor nominal das obrigações e dos respetivos juros corridos a essa data. Consequentemente, a reserva de justo valor negativa originada antes da reclassificação destes instrumentos financeiros foi integralmente reconhecida como perda por imparidade. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registou na rubrica "Outras provisões" o montante de 140.941 Euros destinado à cobertura de perdas por imparidade adicionais em títulos da Dívida Pública Grega (Nota 19).

Em 21 de fevereiro de 2012 a República Grega divulgou os termos da oferta de troca dos seus títulos de Dívida Pública ("exchange offer"), tendo a Companhia decidido aceitar estes termos e participar voluntariamente na operação. O memorando publicado pela República Grega ("Invitation Memorandum"), definia como condição de participação mínima ("Minimum Participation Threshold") que a República Grega apenas completaria a operação de troca se pelo menos 90% do valor nominal dos títulos de Dívida Pública Grega elegíveis fossem submetidos pelos detentores para troca voluntária, sendo que caso fossem submetidos pelo menos 75% do valor nominal desses títulos, a República Grega reservava-se o direito de abdicar dessa condição. Uma vez que estas condições foram cumpridas, a operação de troca de títulos foi concretizada, tendo sido concluída em 12 de março de 2012.

De acordo com as condições previstas nesta oferta de troca, a Companhia recebeu por cada 1.000 Euros de valor nominal dos títulos de Dívida Pública Grega elegíveis que detinha, novos títulos na seguinte proporção:

(i) novos títulos de Dívida Pública Grega, com valor nominal de 315 Euros, com remuneração fixa anual ("New Bonds"), divididos em vinte séries de novos títulos com maturidades em datas aniversárias sucessivas com início em 24 de fevereiro de 2023;

(ii) novos títulos de Dívida Pública Grega, com valor nominal de 315 Euros, com remuneração indexada ao PIB da República Grega ("GDP-linked Securities"); e

(iii) títulos de dívida emitidos pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF), com valor nominal de 150 Euros ("PSI Payment Note").

O detalhe dos novos títulos recebidos no âmbito desta operação de troca é o seguinte:

Nome	Maturidade	Quantidade Nominal	Preço Inicial	Custo Aquisição
EFSF TBILL CZ 12/09/2012 CORP	12/9/12	11 580	-	11 580
EFSF 0.4% 12/03/2013 CORP	12/3/13	45 000	99.000	44 550
EFSF 1% 12/03/2014 CORP	12/3/14	45 000	99.700	44 865
GGB GDP-LINKED 15/10/2042 GOVT CALL)	15/10/42	189 000	-	0
GGB 2% 24/02/2023 GOVT	24/2/23	9 000	27.480	2 473
GGB 2% 24/02/2024 GOVT	24/2/24	9 000	27.480	2 473
GGB 2% 24/02/2025 GOVT	24/2/25	9 000	26.295	2 367
GGB 2% 24/02/2026 GOVT	24/2/26	9 000	25.068	2 256
GGB 2% 24/02/2027 GOVT	24/2/27	9 000	23.375	2 104
GGB 2% 24/02/2028 GOVT	24/2/28	9 600	22.245	2 136
GGB 2% 24/02/2029 GOVT	24/2/29	9 600	24.723	2 373
GGB 2% 24/02/2030 GOVT	24/2/30	9 600	24.158	2 319
GGB 2% 24/02/2031 GOVT	24/2/31	9 600	24.068	2 311
GGB 2% 24/02/2032 GOVT	24/2/32	9 600	24.500	2 352
GGB 2% 24/02/2033 GOVT	24/2/33	9 600	23.923	2 297
GGB 2% 24/02/2034 GOVT	24/2/34	9 600	23.923	2 297
GGB 2% 24/02/2035 GOVT	24/2/35	9 600	23.898	2 294
GGB 2% 24/02/2036 GOVT	24/2/36	9 600	23.880	2 292
GGB 2% 24/02/2037 GOVT	24/2/37	9 600	23.868	2 291
GGB 2% 24/02/2038 GOVT	24/2/38	9 600	23.338	2 240
GGB 2% 24/02/2039 GOVT	24/2/39	9 600	24.250	2 328
GGB 2% 24/02/2040 GOVT	24/2/40	9 600	23.115	2 219
GGB 2% 24/02/2041 GOVT	24/2/41	9 600	22.553	2 165
GGB 2% 24/02/2042 GOVT	24/2/42	9 600	23.840	2 289
		479 580		146 871

O valor de aquisição atribuído aos títulos recebidos no âmbito desta operação, que ascende a 146.871 Euros, foi definido com base na cotação divulgada pela Bloomberg no primeiro dia em que estes títulos estiveram disponíveis para transação em mercado. Os títulos recebidos foram registados na carteira de ativos disponíveis para venda.

O custo de aquisição da nota EFSF TBILL, CZ, 12/09/2012, CORP incorpora 4.056 Euros correspondentes ao juro corrido dos títulos trocados, contado até ao dia 24 de fevereiro de 2012, data do "Invitation Memorandum" submetido aos investidores privados pela República Helénica.

A diferença entre o custo de aquisição atribuído aos títulos recebidos e o valor de balanço líquido de juros corridos dos títulos entregues, no montante de 45.800 Euros, foi reconhecida como perda por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" (Nota 30). Em simultâneo foram repostas as provisões anteriormente referidas constituídas em 2011 para cobertura de perdas por imparidade adicionais (Nota 19).

Os títulos recebidos nesta operação de troca foram alienados pela Companhia em novembro de 2012.

8. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a afetação dos investimentos e outros ativos pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2012		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	926 816	18 458 392	19 385 208
Investimentos em filiais e associadas	89 112	-	89 112
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 567 617	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	63 169 843	-	63 169 843
Outros ativos tangíveis	-	145 525	145 525
	92 753 388	18 603 917	111 357 305

(Valores em Euros)

	2011		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	696 784	10 487 910	11 184 694
Investimentos em filiais e associadas	91 877	-	91 877
Ativos financeiros disponíveis para venda	24 445 467	-	24 445 467
Empréstimos concedidos e contas a receber	63 768 556	-	63 768 556
Investimentos a deter até à maturidade	188 615	-	188 615
Outros ativos tangíveis	-	234 778	234 778
	89 191 299	10 722 688	99 913 987

9. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2012 e 2011, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2012						
	Saldo inicial		Adições	Amortizações do exercício	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Equipamento							
Equipamento administrativo	186 182	(140 553)	4 432	(24 460)	190 614	(165 013)	25 601
Máquinas e ferramentas	91 549	(86 262)	442	(2 243)	91 991	(88 505)	3 486
Equipamento informático	129 813	(110 929)	42 992	(42 953)	172 805	(153 882)	18 923
Instalações interiores	237 601	(131 515)	-	(25 150)	237 601	(156 665)	80 936
Equipamento em locação financeira	182 658	(123 766)	-	(42 313)	182 658	(166 079)	16 579
	827 803	(593 025)	47 866	(137 119)	875 669	(730 144)	145 525

(Valores em Euros)

	2011						
	Saldo inicial		Adições	Amortizações do exercício	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Equipamento							
Equipamento administrativo	186 182	(111 584)	-	(28 969)	186 182	(140 553)	45 629
Máquinas e ferramentas	90 519	(83 124)	1 030	(3 138)	91 549	(86 262)	5 287
Equipamento informático	62 798	(56 774)	67 015	(54 155)	129 813	(110 929)	18 884
Instalações interiores	237 601	(101 999)	-	(29 516)	237 601	(131 515)	106 086
Equipamento em locação financeira	130 824	(63 343)	51 834	(60 423)	182 658	(123 766)	58 892
	707 924	(416 824)	119 879	(176 201)	827 803	(593 025)	234 778

10. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2012 e 2011, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2012							
	Saldo inicial			Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Aquisições			Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	1 241 118	(743 502)	25 284	53 517	(206 972)	1 319 919	(950 474)	369 445
Ativos intangíveis em curso	53 517	-	-	(53 517)	-	-	-	-
	1 294 635	(743 502)	25 284	-	(206 972)	1 319 919	(950 474)	369 445

(Valores em Euros)

	2011						
	Saldos iniciais				Saldos finais		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	823 707	(527 514)	417 411	(215 988)	1 241 118	(743 502)	497 616
Ativos intangíveis em curso	-	-	53 517	-	53 517	-	53 517
	823 707	(527 514)	470 928	(215 988)	1 294 635	(743 502)	551 133

No exercício de 2011 as aquisições de “Ativos intangíveis – software” incluem o encargo com a aquisição de uma licença de software no montante de 149.014 Euros e encargos com a aquisição de direitos de update de software, no montante de 251.052 Euros, ambas adquiridas à Microsoft.

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos intangíveis em curso correspondem essencialmente a encargos com a implementação e desenvolvimento de aplicações informáticas de suporte ao negócio, que foram transferidos para ativos intangíveis firmes no exercício de 2012.

11. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Provisão para prémios não adquiridos	367 686	390 182
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	39 228	14 701
	406 914	404 883

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2012		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 22)	Saldo inicial
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	390 182	(22 496)	367 686
	390 182	(22 496)	367 686

(Valores em Euros)

	2011		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 22)	Saldo inicial
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	327 832	62 350	390 182
	327 832	62 350	390 182

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2012			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Provisão para sinistros:				
Doença (Nota 23)	14 701	271 347	(246 820)	39 228
	14 701	271 347	(246 820)	39 228

(Valores em Euros)

	2011			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Provisão para sinistros:				
Doença (Nota 23)	-	(10 358)	25 059	14 701
	-	(10 358)	25 059	14 701

12. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Contas a receber por operações de seguro direto:		
Reembolsos de sinistros:		
Reembolsos emitidos do ramo doença	59 962	58 707
Mediadores:		
Contas correntes	3 055 982	5 063 639
Co-seguradores:		
Contas correntes	395 035	88 641
	3 510 979	5 210 987
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores - Empresas do grupo	203 864	128 884
Contas correntes de ressegurados - Empresas do grupo	2 966 539	5 308 134
Contas correntes de ressegurados - Outros	39 209	11 027
	3 209 612	5 448 045
Contas a receber por outras operações:		
Empresas do grupo	25 423	562 073
Remunerações de pessoal	7 147	20
Outros	260 510	61 441
	293 080	623 534
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 30)	(15 125)	(15 285)
	277 955	608 249
	6 998 546	11 267 281

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo registado na rubrica "Mediadores - Contas correntes", tem origem em sinistros e comissões pagos pela Companhia por conta da ressegurada Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. Estes montantes foram regularizados na sua quase totalidade durante os primeiros dias de janeiro de 2013 e 2012, respetivamente.

A rubrica "Contas correntes de ressegurados - Empresas do Grupo" reflete os saldos a receber da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., no âmbito do tratado de resseguro aceite celebrado entre a Companhia e esta entidade.

13. Imposto Sobre o Rendimento

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Ativos por impostos correntes		
Outros	-	135
	-	135
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(2 166 971)	(377 370)
Taxa para o Instituto de Seguros de Portugal	(1 624)	(6 202)
Segurança Social	(56 759)	(50 830)
Retenções	(58 373)	(57 659)
Outros	(310)	-
	(2 284 037)	(492 061)
	(2 284 037)	(491 926)
Ativos por impostos diferidos	212 685	667 582
Passivos por impostos diferidos	(147 071)	(2 424)
	65 614	665 158
Total	(2 218 423)	173 232

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Saldos iniciais	2012 Variação em		Saldos finais
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros				
disponíveis para venda	461 014	(607 285)	-	(146 271)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	204 144	-	7 741	211 885
	665 158	(607 285)	7 741	65 614

(Valores em Euros)

	Saldos iniciais	2011 Variação em		Saldos finais
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros				
disponíveis para venda	216 074	244 940	-	461 014
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	57 289	-	146 855	204 144
	273 363	244 940	146 855	665 158

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Impostos correntes		
Do exercício	1 959 038	347 666
Derrama estadual	176 778	-
Tributação Autónoma	32 045	32 291
Outros	(20 551)	35 231
	2 147 310	415 18
Impostos diferidos	(7 741)	(146 855)
Total de impostos em resultados	2 139 569	268 333
Lucro antes de impostos	7 474 974	852 567
Carga fiscal	28.62%	31.47%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		7 474 974		852 567
Imposto apurado com base na taxa nominal	29.50%	2 205 117	26.50%	225 930
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	(0.03%)	(2 117)	(1.05%)	(8 951)
Mais e menos-valias não fiscais	(0.16%)	(11 839)	(1.78%)	(15 208)
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	(0.28%)	(20 810)	0.00%	-
Outras	0.03%	2 528	0.00%	-
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0.19%	14 487	1.55%	13 250
Insuficiência de estimativa de imposto	0.00%	-	4.13%	35 231
Realizações Utilidade Social	0.54%	40 267	0.00%	-
Perdas por imparidade não aceites	0.00%	-	4.54%	38 686
Outras	0.00%	-	0.92%	7 810
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(0.96%)	(71 609)	(6.75%)	(57 552)
Outros	(0.05%)	(3 500)	(0.37%)	(3 154)
Tributação autónoma	0.43%	32 045	3.79%	32 291
Derrama Estadual	(0.60%)	(45 000)	0.00%	-
	28.62%	2 139 569	31.47%	268 333

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais dos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência (sendo esse prazo de quatro anos para prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2011 e 2010 e de seis anos para exercícios anteriores) e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. No âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades, os prejuízos fiscais gerados na esfera individual de cada sociedade antes do início da aplicação do regime apenas podem ser deduzidos aos lucros tributáveis gerados pelas sociedades em que foram apurados.

14. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Acréscimos de rendimentos:		
Outros	-	3 375
Gastos diferidos:		
Rendas e alugueres	45 022	43 631
Assistência a equipamento informático	-	19 721
Licenças de software	34 914	57 892
Seguros	11 785	7 217
Outros gastos diferidos	5 717	178 452
	97 438	310 288

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Outros gastos diferidos" inclui pagamentos antecipados relativos a serviços de contact center e à quota da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), referentes a 2012.

15. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Provisão para prémios não adquiridos	22 096 501	23 741 339
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	39 411 370	33 009 673
Sinistros não declarados (IBNR)	1 650 820	8 942 679
	41 062 190	41 952 352
Provisão para riscos em curso	244 648	2 589 828
	63 403 339	68 283 519

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Doença	24 696 072	(2 599 571)	22 096 501	26 264 069	(2 522 730)	23 741 339
	24 696 072	(2 599 571)	22 096 501	26 264 069	(2 522 730)	23 741 339

Os movimentos ocorridos nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2012		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 22)	Saldo Inicial
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	26 264 069	(1 567 997)	24 696 072
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	(2 522 730)	(76 841)	(2 599 571)
	23 741 339	1 644 838	22 096 501

(Valores em Euros)

	2011		
	Saldo Inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 22)	Saldo Inicial
Provisão para prémios não adquiridos:			
Doença	25 819 718	444 351	26 264 069
Custos de aquisição diferidos:			
Doença	(3 247 504)	724 774	(2 522 730)
	22 572 214	1 169 125	23 741 339

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012		
	Declarados	Não declarados	Total
Seguros Não Vida:			
Doença	39 411 370	1 650 820	41 062 190
	39 411 370	1 650 820	41 062 190

(Valores em Euros)

	2011		
	Declarados	Não declarados	Total
Seguros Não Vida:			
Doença	33 099 673	8 942 679	41 952 352
	33 099 673	8 942 679	41 952 352

Os movimentos ocorridos nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2012			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos (Nota 23)	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	41 952 352	150 852 141	(151 742 303)	41 062 190
	41 952 352	150 852 141	(151 742 303)	41 062 190

(Valores em Euros)

	2011			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos (Nota 23)	Saldo final
Seguros não vida:				
Doença	51 388 421	157 734 694	(167 170 763)	41 952 352
	51 388 421	157 734 694	(167 170 763)	41 952 352

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidos dos reembolsos processados pela Companhia.

Os movimentos ocorridos nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2012		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	2 589 828	(2 345 180)	244 648
	2 589 828	(2 345 180)	244 648

(Valores em Euros)

	2011		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	396 687	2 193 141	2 589 828
	396 687	2 193 141	2 589 828

16. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde a um empréstimo subordinado concedido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., o qual vence juros trimestralmente à taxa Euribor a três meses.

Este empréstimo não tem prazo de reembolso definido e cumpre as condições de subordinação para inclusão nos elementos constitutivos da margem de solvência estabelecidos pelo artº 96º do D.L. nº 94-B/98, de 17 de abril.

17. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Contas a pagar por operações de seguro direto:		
Mediadores:		
Conta corrente	762 291	292 154
Co-seguradoras:		
Conta corrente	-	44 321
	762 291	336 475
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	307 190	169 615
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do grupo	409 393	17 384
Fornecedores de ativos tangíveis	48 368	94 510
Fornecedores	798 167	826 328
Pessoal	2 269	45 899
Outros	987	130
	1 259 184	984 251
	2 328 665	1 490 341

18. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Acréscimos de gastos:		
Remunerações variáveis	218 313	257 620
Férias e subsídio de férias a pagar	830 835	291 896
Faturas em conferência	250 548	351 284
Outros custos com pessoal	8 301	14 859
Seguros	42 018	44 031
Auditoria	64 192	28 812
Comissões a pagar	4 599	7 827
Outsourcing - Call Center	27 144	-
Outros	7 787	3 750
	1 453 737	1 000 079

19. Outras Provisões

Os movimentos nestas rubricas durante os exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2012				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Outras provisões:					
Provisões para impostos	68 745	49 109	-	(6 389)	111 465
Outras provisões	290 941	983 863	(140 941)	-	1 133 863
	359 686	1 032 972	(140 941)	(6 389)	1 245 328

(Valores em Euros)

	2011			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Saldo inicial	
Outras provisões:				
Provisões para impostos	18 745	50 000		68 745
Outras provisões	150 000	140 941		290 941
	168 745	190 941		359 686

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a encargos com processos judiciais contra a Companhia e ainda a contingências legais, fiscais e outras resultantes da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica incluía ainda uma provisão de 140.941 Euros destinada à cobertura de perdas por imparidade adicionais em títulos da Dívida Pública Grega (Nota 7), a qual foi constituída em 2011 e revertida em 2012 na sequência da participação da Companhia na operação de troca de títulos da Dívida Pública Grega.

Nos exercícios de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui, respetivamente, reversões de 40.941 Euros e dotações de 140.941 Euros, registadas por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" (Nota 30).

20. Capital

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. estando representado por 3,6 milhões de ações com o valor nominal de 5 Euros cada e está integralmente realizado.

Durante os exercícios de 2012 e 2011 não ocorreu qualquer aumento de capital.

Os resultados dos exercícios de 2011 e 2010 foram aplicados conforme indicado:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Aplicação de resultados do exercício:		
Reserva Legal	100 000	100 000
Reservas Livres	487 874	257 446
Resultados Transitados	(3 640)	-
Dividendos	-	246 361
	584 234	603 807

No exercício de 2011, a Companhia distribuiu dividendos no montante de 250.000 Euros, com a seguinte composição.

(Valores em Euros)

	2011
Resultado do exercício	246 361
Resultados transitados	3 639
	250 000

21. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	504 382	(1 857 698)
De diferenças de câmbio	-	2 766
	504 382	(1 854 932)
Reserva por impostos diferidos:		
De ativos financeiros disponíveis para venda	(146 271)	461 014
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	358 111	(1 393 918)
Outras reservas:		
Reserva legal	548 655	448 655
Prêmios de emissão	7 200 000	7 200 000
Outras reservas	2 148 902	1 661 028
	9 897 557	9 309 683
Resultados transitados	3 640	7 280
Resultado do exercício	5 335 405	584 234
	15 594 713	8 507 279

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As “Reservas de reavaliação” refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda.

22. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida:						
Prémios brutos emitidos						
Doença	183 343 723	(1 239 634)	182 104 089	177 348 359	(869 586)	176 478 773
Variação da provisão para prémios não adquiridos:						
Doença	1 567 997	22 496	1 545 501	(444 351)	62 350	(382 001)
Prémios adquiridos:						
Doença	184 911 720	1 262 130	183 649 590	176 904 008	(807 236)	176 096 772

23. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Doença						
Seguro direto e resseguro aceite						
- Custos diretos (Nota 15)	151 742 303	2 018 164	153 760 467	167 170 763	(11 507 264)	155 663 499
- Reembolsos de Sinistros	(7 426 464)	-	(7 426 464)	(8 477 897)	-	(8 477 897)
- Custos imputados	5 565 321	-	5 565 321	5 428 824	-	5 428 824
	149 881 160	2 018 164	151 899 324	164 121 690	(11 507 264)	152 614 426
Resseguro cedido						
- Custos diretos (Nota 11)	(246 820)	(24 527)	(271 347)	25 059	(14 701)	10 358
Total	149 634 340	1 993 637	151 627 977	164 146 749	(11 521 965)	152 624 784

24. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2012 e 2011, os custos de exploração incorridos pela Multicare apresentam a seguinte composição por natureza:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Gastos com pessoal (Nota 25)	7 424 893	7 353 406
Fornecimentos e serviços externos:		
Conservação e reparação	76 264	53 059
Rendas e alugueres	669 454	718 353
Gastos com trabalho independente	140 152	197 616
Publicidade e propaganda	14 828	143 979
Trabalhos especializados - call centers	1 411 298	1 219 512
Outros trabalhos especializados	1 662 807	1 935 086
Comunicação	125 481	203 150
Licenças de software	153 211	150 802
Outros	506 991	410 981
	4 760 486	5 032 538
Impostos e taxas	19 396	31 753
Depreciações e amortizações do exercício	344 091	392 189
Provisões	932 972	50 000
Encargos com comissões	9 415	15 558
Juros de passivos subordinados	112 889	198 230
Outros	920	1 650
	13 605 062	13 075 324

Nos exercícios de 2012 e 2011, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
	Conta técnica não vida	Conta técnica não vida
Custos de aquisição:		
Custos imputados	3 352 504	3 541 284
Comissões	20 909 753	12 966 703
Outros	304 356	299 166
	24 566 613	16 807 153
Gastos administrativos:		
Custos imputados	4 666 036	4 074 771
Gastos financeiros:		
Custos imputados (Nota 27)	21 201	30 445
Custos com sinistros - Montantes pagos (Nota 23):		
Custos imputados	5 565 321	5 428 824
Custos técnicos	144 315 839	158 692 866
	149 881 160	164 121 690
Total dos custos de exploração imputados	13 605 062	13 075 324

25. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Remunerações de:		
Órgãos sociais	348 954	335 269
Pessoal	4 983 505	4 996 663
Encargos sobre remunerações	1 255 780	1 231 311
Benefícios pós-emprego	384 240	300 125
Seguros obrigatórios	89 881	81 965
Gastos de ação social	328 185	300 850
Formação	16 916	29 303
Outros gastos com o pessoal	17 432	77 920
	7 424 893	7 353 406

Nos exercícios de 2012 e 2011, a rubrica “Benefícios pós-emprego” inclui encargos com dotações para os fundos de pensões relativas a colaboradores cedidos à Multicare por empresas do Grupo nos montantes de 344.534 Euros e 269.584 Euros, respetivamente, os quais são imputados à Multicare pelas respetivas empresas.

Em 2012 e 2011, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2012	2011
Direção	14	14
Chefias e gerência	24	26
Técnicos	62	53
Administrativos	89	96
	189	189

Durante os exercícios de 2012 e 2011 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Conselho de Administração:		
Remunerações	330 631	316 857
Encargos sociais	116 112	75 653
Conselho Fiscal:		
Remunerações	18 323	18 412
Encargos sociais	3 325	3 325
	468 391	414 247

Em 2011 os encargos com remunerações do Conselho de Administração encontram-se deduzidos de um proveito no montante de 110.087 Euros, originado pela anulação do excesso da estimativa para bônus a pagar aos membros do Conselho de Administração registada em 2010.

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012. Na sequência da celebração deste acordo coletivo, a Companhia registou, no exercício de 2011, na rubrica "Outros gastos com pessoal" a estimativa dos encargos já incorridos com prémios de permanência a pagar aos colaboradores da Companhia e a estimativa da compensação pecuniária extraordinária a pagar aos colaboradores, a título de remissão de direitos do anterior CCT, nos montantes de 6.472 Euros e 51.170 Euros, respetivamente, tendo sido, este último, pago em 2012. No exercício de 2012, a Companhia registou um reforço da estimativa para prémios de permanência no montante de 339 Euros.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, são abrangidos por um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V do CCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado anual base do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano Civil	Contribuição PIR
2012	1,00 %
2013	2,25 %
2014	2,50 %
2015	2,75 %
2016	3,00 %
2017 e seguintes	3,25 %

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.^a, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

- i) No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- ii) No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- iii) No ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

No exercício de 2012, os encargos suportados pela Companhia com contribuições para os PIR dos colaboradores elegíveis para o efeito ascenderam a 13.339 Euros, estando registados na rubrica "Benefícios pós-emprego".

26. Rendimentos

Nos exercícios de 2012 e 2011, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Juros	Dividendos	Total	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	797 277	6 641	803 918	771 764	133 465	905 229
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 396 134	-	1 396 134	1 183 099	-	1 183 099
Investimentos a deter até à maturidade	4 055	-	4 055	6 679	-	6 679
Depósitos à ordem em instituições de crédito	6 463	-	6 463	29 444	-	29 444
	2 203 929	6 641	2 210 570	1 990 986	133 465	2 124 451
Investimentos não afetos:						
Empréstimos concedidos e contas a receber	216	-	216	687	-	687
	2 204 145	6 641	2 210 786	1 991 673	133 465	2 125 138

27. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2012 e 2011, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
	Conta técnica não vida	Conta técnica não vida
Custos de investimentos:		
Custos imputados (Nota 24)	21 201	30 445

28. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2012 e 2011, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)					
	2012			2011		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	374 000	(360 984)	13 016	322 298	(453 925)	(131 627)

Os montantes registados nesta rubrica correspondem a mais e menos-valias realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda.

29. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2012 e 2011, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 469	(4 931)
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	4 402	7 236
	5 871	2 305

30. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2012			
	Saldos iniciais	Reforços	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 5):				
Instrumentos de capital	221 991	216	(222 207)	-
Outros Instrumentos	130 639	-	-	130 639
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade (Nota 7)	391 502	45 800	(437 302)	-
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 12)	15 285	(160)	-	15 125
	759 417	45 856	(659 509)	145 764

(Valores em Euros)

	2011				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 5):					
Instrumentos de capital	169 877	168 279	-	(116 165)	221 991
Outros Instrumentos	130 639	-	-	-	130 639
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade (Nota 7)	-	391 502	-	-	391 502
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 12)	15 732	-	(447)	-	15 285
	316 248	559 781	(447)	(116 165)	759 417

No exercício de 2012 a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui reversões de "Outras provisões" no montante de 40.941 Euros. Em 2011 esta rubrica incluía dotações de outras provisões no montante de 140.941 Euros (Nota 19).

31. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	891	-
	891	-
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2 729	53
	2 729	53
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	261	11
Prestação de serviços	8 490	11 085
Outros	1 212	-
	9 963	11 096
	13 583	11 149
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	-	(125)
Mecenato	(11 000)	(7 975)
Multas e penalidades	(18)	-
Quotizações diversas	(5 370)	(5 000)
Outros gastos		
Regularização de saldos	(16)	-
Correções a exercícios anteriores	(280)	-
Outros	-	(4 176)
	(16 684)	(17 276)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(1 598)	-
Outros gastos e perdas financeiras	(189 922)	(269 971)
	(191 520)	(269 971)
	(208 204)	(287 247)
	(194 621)	(276 098)

32. Relatos por Segmentos

Nos exercícios de 2012 e 2011, a totalidade da atividade da Companhia foi realizada em Portugal e é enquadrável no ramo doença.

2012

(Valores em Euros)

	Doença		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
Resultado			
Prémios Brutos	70 711 645	112 632 078	183 343 723
Prémios Adquiridos	70 249 972	114 661 748	184 911 720
Sinistralidade	(45 341 711)	(100 992 292)	(146 334 003)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(16 872 657)	(4 341 452)	(21 214 109)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	1 319 858	1 102 163	2 422 021
Resultado de Resseguro	(490 057)	(246 865)	(736 922)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	653 092	1 571 639	2 224 731
Valias Não Realizadas e Imparidade	(10 916)	(28 966)	(39 882)
Custos por Natureza	(4 909 797)	(8 695 265)	(13 605 062)
Outros Custos e Proveitos	-	(153 520)	(153 520)
Imposto sobre Rendimento	(1 316 028)	(823 541)	(2 139 569)
	3 281 756	2 053 649	5 335 405
Ativos			
Investimentos afetos a provisões técnicas	19 566 679	73 186 710	92 753 389
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	257 551	149 363	406 914
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	147 284	3 363 695	3 510 979
Ressegurados e Resseguradores	1 237 877	1 971 735	3 209 612
Outros Devedores e Credores	-	278 130	278 130
Outros Impostos	-	212 685	212 685
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	-	529 352	529 352
Acréscimos e diferimentos	34 405	63 033	97 438
Disponibilidades	-	18 458 391	18 458 391
	21 243 796	98 213 094	119 456 890
Passivos			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	7 144 368	14 952 133	22 096 501
Provisão para Sinistros	12 880 916	28 181 274	41 062 190
Outras Provisões Técnicas	-	244 648	244 648
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	-	762 291	762 291
Outros Devedores e Credores	270 091	989 093	1 259 184
Ressegurados e Resseguradores	118 476	188 714	307 190
Outros Impostos	20 797	2 410 311	2 431 108
Outros Passivos Financeiros	-	15 000 000	15 000 000
Outras Provisões	-	1 245 328	1 245 328
Acréscimos e diferimentos	426 873	1 026 864	1 453 737
	20 861 521	65 000 656	85 862 177
Total Segmentos			28 259 308
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos			28 259 308

2011

(Valores em Euros)

	Doença		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
Resultado			
Prémios Brutos	66 649 790	110 698 569	177 348 359
Prémios Adquiridos	66 850 809	110 053 199	176 904 008
Sinistralidade	(44 404 292)	(102 781 310)	(147 185 602)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(2 096 322)	(11 169 545)	(13 265 867)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	(438 313)	(2 479 602)	(2 917 915)
Resultado de Resseguro	(396 608)	(229 566)	(626 174)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	776 190	1 213 673	1 989 863
Valias Não Realizadas e Imparidade	(162 963)	(531 807)	(694 770)
Custos por Natureza	(4 575 761)	(8 499 563)	(13 075 324)
Outros Custos e Proveitos	(126 121)	(149 531)	(275 652)
Imposto sobre Rendimento	(80 878)	(187 455)	(268 333)
	15 345 741	(14 761 507)	584 234
Ativos			
Investimentos afetos a provisões técnicas	26 794 942	62 396 357	89 191 299
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	221 861	183 022	404 883
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	2 308 987	2 565 524	4 874 511
Ressegurados e Resseguradores	1 983 702	3 294 728	5 278 430
Outros Devedores e Credores	3 802	-	3 802
Outros Impostos	51 282	128 153	179 435
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	223 892	582 119	806 011
Acréscimos e Diferimentos	105 670	204 618	310 288
Disponibilidades	3 161 173	10 487 910	10 487 910
	31 694 138	79 842 431	111 536 569
Passivos			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	8 039 329	15 702 010	23 741 339
Provisão para Sinistros	12 563 773	29 388 579	41 952 352
Outras Provisões Técnicas	-	2 589 828	2 589 828
Outros Devedores e Credores	169 355	210 450	379 805
Impostos Técnicos	-	6 203	6 203
Outros Passivos Financeiros	4 521 167	15 000 000	15 000 000
Outras Provisões	87 692	271 993	359 685
Acréscimos e diferimentos	336 117	663 962	1 000 079
	21 196 266	63 833 025	85 029 291
Total Segmentos			25 923 044
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos			25 923 044

2011

(Valores em Euros)

	2011								
	CAIXA SEGUROS	FIDELIDADE MUNDIAL	IMPÉRIO BONANÇA	CARES	VIA DIRECTA	UNIVERSAL SEGUROS	FM SGII	GEP	EAPS
ATIVO									
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	91 877	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	358 716	-	-	-	-	-
Mediadores de seguros	-	3 716 723	1 346 916	-	-	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	4 201 822	1 106 312	-	-	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	128 884	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	554 465	-	892	-	-	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	191	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	43 631	-	-	-	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	49 063 760	13 703 143	-	-	-	-	-	-
PASSIVO									
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	1 099	-	16 285	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	21 458 885	4 805 168	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	29 886 828	9 841 738	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	3 750	-	-
Empréstimo subordinado	15 000 000	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTOS									
Custos com sinistros	-	(114 351 160)	39 606 798	-	-	-	-	-	-
Variação provisão prémios não adquiridos	-	(4 806 630)	4 362 296	30 884	-	-	-	-	-
Gastos de exploração - Remuneração									
Mediação	-	(10 965 377)	(1 999 590)	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	-	(1 764 610)	(2 243 510)	(25 069)	(133 612)	-	(39 204)	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(6 038)	(550 209)	-	(1 354)	-	-	(3 367)	(2 865)
Juros Suportados	(198 230)	-	-	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS									
Prémios de resseguro aceite	-	133 787 992	40 772 010	-	-	-	-	-	-
Prémios resseguro cedido	-	-	-	(516 169)	-	-	-	-	-
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	7 743 546	862 606	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos	-	842 460	311 461	-	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	2011								
	EPS	LCS	CETRA	CARES RH	CPR	CGD	CAIXAGEST	OUTROS	TOTAL
ATIVO									
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	91 877
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	370 506	370 506
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	-	358 716
Mediadores de seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	5 063 639
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	5 308 134
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	128 884
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	937	-	-	5 779	562 073
Devedores Diversos	825	-	-	-	-	-	-	-	1 016
Acréscimos e diferimentos	-	3 375	-	-	-	-	-	-	47 006
Outros depósitos	-	-	-	-	-	1 001 653	-	-	1 001 653
Depósito junto de cedentes	-	-	-	-	-	-	-	-	62 766 903
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	11 035 519	-	-	11 035 519
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	148 818	-	-	148 818
PASSIVO									
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	17 384
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	-	26 264 053
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-	39 728 566
Fornecedores c/c	-	-	-	4 190	-	-	-	114 935	119 125
Credores Diversos	-	-	-	-	-	1 629	-	-	1 629
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	2 880	4 848	-	11 478
Empréstimo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000
CUSTOS									
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-	(153 957 958)
Varição provisão prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	-	(413 450)
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	-	-	-	-	-	-	(12 964 967)
Gastos com pessoal	-	42 461	-	(61 312)	-	(16 470)	-	-	(4 241 326)
Fornecimentos e Serviços Externos	(84 235)	-	(8 514)	-	-	27 683	-	(129 192)	(758 091)
Juros Suportados	-	-	-	-	-	-	-	(1 650)	(199 880)
Comissões	-	-	-	-	-	(8 922)	(6 537)	-	(15 459)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-	(269 285)	-	-	(269 285)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	(74)	-	-	(74)
PROVEITOS									
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-	-	174 560 002
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	-	(516 169)
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-	-	8 606 152
Rendimentos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	6 650	1 160 571
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	7 311	-	-	7 311
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	59 309	-	-	59 309
Rendimentos não técnicos	8 052	-	-	-	-	-	-	-	8 052

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

A remuneração dos administradores executivos, contempla a remuneração fixa anual e, reflete as reduções salariais previstas na Lei 12-A/2010, de 30 de junho e na Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante os exercícios de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	Remuneração		Outros Benefícios		Encargos com Benefícios Sociais			
	Remuneração fixa (1)		Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Conselho de Administração								
Presidente								
Armando António Poço Pires	55 629	183 081	513	2 286	178	741	-	-
José António Rodrigues Nunes Coelho	113 616	-	2 098	-	-	-	-	-
Vogais								
Carlos Vaz Macedo Cunha Coutinho	111 058	128 855	2 295	2 268	1 831	1 810	119	110
Maria João C Honório Paulino Sales Luis	100 130	116 468	2 259	2 196	2 874	2 557	78	78
Conselho Fiscal								
Presidente								
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	9 534	10 283	-	-	-	-	-	-
Vogais								
João Filipe Gonçalves Pinto (2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Luis Augusto Máximo Santos	7 998	7 931	-	-	-	-	-	-

Notas:

(1) - Inclui subsídios de férias e de Natal e férias não gozadas

(2) - Suspensão da retribuição/opção por pensão

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2012, ascendem a 48.581 Euros, dos quais 35.402 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 13.179 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

34. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(Valores em Euros)

	2012		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	19 385 208	19 385 208
Investimentos em filiais	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	28 567 617	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	-	63 169 843	63 169 843
Outros devedores	-	6 720 591	6 720 591
	28 567 617	89 364 754	117 932 371
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	1 069 481	1 069 481
	-	16 069 481	16 069 481

(Valores em Euros)

	2011		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	11 184 694	11 184 694
Investimentos em filiais	-	91 877	91 877
Ativos disponíveis para venda	24 445 467	-	24 445 467
Empréstimos e contas a receber	-	63 768 556	63 768 556
Investimentos a deter até à maturidade	-	188 615	188 615
Outros devedores	-	10 659 032	10 659 032
	24 445 467	85 892 774	110 338 241
Passivo			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	506 090	506 090
	-	15 506 090	15 506 090

Os montantes considerados nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" correspondem essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	803 918	-	803 918	905 229	-	905 229
Investimentos a deter até à maturidade	4 055	-	4 055	6 679	-	6 679
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 396 350	-	1 396 350	1 183 786	-	1 183 786
Depósitos à ordem em instituições de crédito	6 463	-	6 463	29 444	-	29 444
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
de ativos disponíveis para venda	13 016	2 359 314	2 372 330	(131 627)	(1 051 781)	(1 183 408)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 191	-	1 191	-	-	-
Diferenças de câmbio	5 871	-	5 871	2 305	-	2 305
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(216)	-	(216)	(168 279)	-	(168 279)
de investimentos a deter até à maturidade	(45 800)	-	(45 800)	(532 443)	-	(532 443)
Juros de passivos subordinados	(112 889)	-	(112 889)	(198 230)	-	(198 230)
	2 071 959	2 359 314	4 431 273	1 096 864	(1 051 781)	45 083

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os rendimentos e gastos com juros apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	797 277	771 764
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 396 350	1 183 786
Depósitos à ordem em instituições de crédito	6 463	29 444
Investimentos a deter até à maturidade	4 055	6 679
	2 204 145	1 991 673
Passivo		
Passivos subordinados	112 889	198 230
	112 889	198 230

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Justo valor de instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2012			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas	Não valorizados ao justo valor	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	19 385 208	19 385 208
Investimentos em filiais	-	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	371 905	28 195 712	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	-	-	63 169 843	63 169 843
Outros devedores	-	-	6 720 591	6 720 591
	371 905	28 195 712	89 364 754	117 932 371
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	1 069 481	1 069 481
	-	-	16 069 481	16 069 481
	371 905	28 195 712	73 295 273	101 862 890

(Valores em Euros)

	2011			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em fontes externas	Não valorizados ao justo valor	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	11 184 694	11 184 694
Investimentos em filiais	-	-	91 877	91 877
Ativos disponíveis para venda	2 518 806	21 926 661	-	24 445 467
Empréstimos e contas a receber	-	-	63 768 556	63 768 556
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	188 615	188 615
Outros devedores	-	-	10 659 032	10 659 032
	2 518 806	21 926 661	85 892 774	110 338 241
Passivo				
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	506 090	506 090
	-	-	15 506 090	15 506 090
	2 518 806	21 926 661	70 386 684	94 832 151

A preparação da informação incluída nos quadros acima, relacionada com a metodologia de apuramento do justo valor, teve por base os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- Técnicas de valorização baseadas em fontes externas – Instrumentos financeiros valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, exceto no que se refere aos investimentos a deter até à maturidade, o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico é razoavelmente aproximado ao seu valor de balanço. Em 31 de dezembro de 2011, o justo valor dos investimentos a deter até à maturidade é inferior ao seu valor de balanço no montante de 59.453 Euros (Nota 7).

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes instrumentos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" e "Empréstimos e contas a receber" corresponde aproximadamente ao seu valor de balanço, dado que estes ativos correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- O valor de mercado dos investimentos a deter até à maturidade é apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.3.

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ATIVIDADE DA MULTICARE

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Companhia, que é atualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, as sociedades gestoras, o tipo de gestão associado a cada uma das carteiras de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição ao risco, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

1. Modelo de Gestão

Está definido um modelo de gestão, com base no qual o gestor concretiza a política de investimentos:

Benchmarking – Índices de Referência – neste modelo são definidos os níveis de exposição a cada classe de ativos (rendimento fixo, rendimento variável, ativos imobiliários e outros) e os vários índices de referência de cada classe, relativamente aos quais será medida a performance de cada tipo de ativo. A gestão poderá, conforme as circunstâncias dos mercados, em cada momento, estar investida em igual proporção, sobre-exposta ou sub-exposta relativamente ao benchmark estabelecido.

2. Limites de Exposição

Para as várias classes de ativos, encontram-se definidos os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Ativos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo – Taxas longas*	70,0 %
Soberana	70,0 %
Corporate	50,0 %
Rendimento Fixo – Taxas curtas**	100,0 %
Retorno Absoluto***	2,0 %
Rendimento Variável	30,0 %
Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros)	6% (20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	15,0 %

(*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.

(**) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.

(***) Inclui os hedge funds e o investimento em commodities.

Para efeitos da classificação dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Na classe de **Rendimento Fixo (taxas longas e taxas curtas)** são elegíveis para investimento:

- Obrigações denominadas em euros, tendo em consideração os limites definidos na alínea d) do ponto 3, que ponderam maturidade com a qualidade de crédito;
- Ações remíveis com características de obrigações;
- Fundos Mobiliários de Obrigações;
- Derivados de taxas de juro ou de risco de crédito;
- Instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários;
- Títulos do Grupo

O investimento em instrumentos de **Rendimento Fixo** para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe inferior a 2.500.000 Euros pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds), Fundos de Investimento Mobiliário ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

Na classe de ativos de **Rendimento Variável** são elegíveis para investimento:

- Ações que fazem parte do Índice Dow Jones Euro Stoxx 600
- Obrigações com risco de ações
- Fundos Mobiliários de ações
- Derivados associados aos ativos de rendimento variável

O investimento em ações para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe inferior a 250.000 euros pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds – fundos de investimento que replicam o comportamento dos índices), Fundos de Investimento Mobiliário ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

Existe também uma categoria para ativos **alternativos** que permite integrar Hedge Funds e outras estratégias essencialmente focadas no retorno positivo e que utilizam abordagens alavancadas ou com grande utilização de derivados. Apesar de ser muitas vezes chamada classe de ativos não passa de uma metodologia de gestão, com um enquadramento normativo mais livre, e que pode utilizar várias classes de ativos, sejam ações, rendimento fixo, commodities (mercadorias indiferenciadas), moeda estrangeira e outros.

O **Imobiliário** inclui Terrenos e Edifícios, os Fundos de Investimento Imobiliários, outros ativos que não sendo diretamente imobiliários façam depender o seu desempenho do desempenho deste tipo de ativos imobiliários e os derivados com risco imobiliário.

3. Outros limites

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

- a. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;
- b. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro estão limitadas a 5% do valor da carteira;
- c. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transações de ativos.

- d. Universo de investimento para ativos de Rendimento Fixo:

Com exceção da dívida soberana dos países da Zona Euro (não existem limites de notação de rating), as obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos nos quadros seguintes, que ponderam a maturidade residual com a qualidade de crédito. Na aquisição não deverá haver investimento abaixo da notação BBB- ou notação equivalente das casas de rating de referência. A notação de rating a considerar na aquisição deverá ser a determinada pela agência de rating S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moodys ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Exceções a esta regra poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por Emitente
Até 1,5 anos	BBB-	BBB-	0,5%
De 1,5 a 5,5 anos	A-	A-	3%
De 5,5 a 15,5 anos	AA-	A+	6%
De 15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	6%

Gestão Ativa	Rating*	Limite por Emissão	Limite por Emitente
0 a 5 anos	BBB-	1%	1%
5 a 10 anos	BBB-	0,5%	1%
0 a 5 anos	A-	3%	3%
5 a 15 anos	A-	2%	3%
0 a 5 anos	AA-	5%	5%
5 a 20 anos	AA-	3%	5%
0 a 5 anos	AAA	6%	6%
5 a 30 anos	AAA	3%	6%

e. Limites por setor de atividade e por subordinação da emissão:

- i. dívida subordinada: 10% da carteira
- ii. crédito por setor de atividade (exceto banca): 20% da carteira
- iii. crédito do setor serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 10% da carteira

f. O investimento em outras classes de ativos não especificadas está sempre sujeito a aprovação casuística do Conselho de Administração.

4. Carteiras com Benchmarks

O investimento em ações, num valor inferior a 250.000 euros, para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe, pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds – fundos de investimento que replicam o comportamento dos índices) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

O investimento em instrumentos, num valor inferior a 1.500.000 euros, ligados a taxas curtas para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe, pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

5. Avaliação do Risco

Existe um modelo de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada pela Direção de Investimentos, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direção de Gestão de Risco da Seguradora e da Caixa Geral de Depósitos (CGD). São monitorizados vários riscos envolvidos, nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

A avaliação do risco dos Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transações de ativos.

6. Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é gerido de uma maneira ativa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos benchmarks, verificando-se uma gestão tática de underweight/overweight em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a otimizar os retornos dos ativos.

A Companhia utiliza ainda neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco tendo-se desenvolvido pontualmente exercícios de stress-test para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de ativos.

A política de gestão de risco/análise por contraparte decorre essencialmente da grelha de seleção no momento da compra do ativo divulgada no ponto Requisitos de segregação de ativos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos ativos da Companhia. O risco, no entanto, é monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões/outlooks das casas internacionais de rating de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito da Multicare apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19 385 012	-	19 385 012	11 184 337	-	11 184 337
Ativos disponíveis para venda - instrumentos de dívida	28 195 712	-	28 195 712	21 926 661	-	21 926 661
Empréstimos e contas a receber	63 169 843	-	63 169 843	63 768 556	-	63 768 556
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	580 117	(391 502)	188 615
Outros devedores	6 720 591	-	6 720 591	10 659 032	-	10 659 032
Exposição máxima a risco de crédito	117 471 158	-	117 471 158	108 119 060	(391 502)	107 727 558

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2012	2011
	Ratings Portugal	Ratings Portugal
Depósitos em Instituições de Crédito		
BB- até BB+	19 385 012	12 185 990
	19 385 012	12 185 990
Depósitos junto de Empresas Cedentes		
Sem rating	63 169 843	62 766 903
Total	82 554 855	74 952 893

Em 31 de dezembro de 2011, na categoria “Depósitos em Instituições de Crédito” estão a ser incluídos depósitos a prazo registados na rubrica “Empréstimos e contas a receber” no valor de 1.001.653 Euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante de depósitos junto de empresas cedentes corresponde a provisões retidas pelos cedentes ao abrigo dos tratados de resseguro celebrados com a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., entidade detida integralmente pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor’s, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2012 Ratings				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	119 118	-	-	119 118
A- até A+	-	691 082	551 828	-	1 242 910
BBB- até BBB+	-	534 630	-	-	534 630
BB- até BB+	-	1 172 439	-	-	1 172 439
	-	2 517 269	551 828	-	3 069 097
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	882 765	-	-	882 765
AA- até AA+	-	1 607 770	-	-	1 607 770
BBB- até BBB+	-	496 270	-	-	496 270
BB- até BB+	6 287 030	-	-	-	6 287 030
	6 287 030	2 986 805	-	-	9 273 835
Instituições Financeiras					
AAA	-	650 809	-	-	650 809
AA- até AA+	-	447 731	-	790 807	1 238 538
A- até A+	-	5 332 081	250 084	306 376	5 888 541
BBB- até BBB+	-	1 510 437	337 159	109 806	1 957 402
BB- até BB+	6 117 490	-	-	-	6 117 490
	6 117 490	7 941 058	587 243	1 206 989	15 852 780
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	12 404 520	13 445 132	1 139 071	1 206 989	28 195 712

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2011 Ratings				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	215 588	517 127	-	732 715
A- até A+	-	495 701	-	-	495 701
BBB- até BBB+	-	765 048	-	-	765 048
	-	1 476 337	517 127	-	1 993 464
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2 472 863	-	-	2 472 863
AA- até AA+	-	410 645	-	-	410 645
BBB- até BBB+	2 664 032	-	-	-	2 664 032
	2 664 032	2 883 508	-	-	5 547 540
Instituições Financeiras					
AAA	-	614 647	-	-	614 647
AA- até AA+	-	1 948 394	-	760 879	2 709 273
A- até A+	242 307	7 533 942	428 259	301 072	8 505 580
BBB- até BBB+	440 986	1 344 639	127 160	95 622	2 008 407
BB- até BB+	547 750	-	-	-	547 750
	1 231 043	11 441 622	555 419	1 157 573	14 385 657
Total Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)	3 895 075	15 801 467	1 072 546	1 157 573	21 926 661

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não tem ativos financeiros em situação de incumprimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia à dívida soberana, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2012				2011			
	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal								
Vencimento até 2013	2 511 143	28 633	-	2 539 776	524 530	(99 530)	7 371	432 371
Vencimento entre 2014 e 2016	3 075 908	111 401	149 020	3 336 329	2 594 471	(753 151)	145 429	1 986 749
Vencimento entre 2017 e 2020	463 662	(64 513)	11 776	410 925	465 193	(232 027)	11 744	244 910
	6 050 713	75 521	160 796	6 287 030	3 584 194	(1 084 708)	164 544	2 664 030
França								
Vencimento até 2013	404 188	572	10 959	415 719	417 483	1 657	10 929	430 069
Vencimento entre 2014 e 2016	1 126 247	58 003	7 801	1 192 051	1 147 048	2 340	7 780	1 157 168
	1 530 435	58 575	18 760	1 607 770	1 564 531	3 997	18 709	1 587 237
Holanda								
Vencimento entre 2014 e 2016	207 033	3 846	5 275	216 154	210 423	1 217	5 274	216 914
Vencimento entre 2017 e 2020	88 090	7 530	1 482	97 102	89 225	2 227	1 478	92 930
	295 123	11 376	6 757	313 256	299 648	3 444	6 752	309 844
Alemanha								
Vencimento entre 2014 e 2016	523 682	28 518	17 309	569 509	531 234	27 240	17 308	575 782
	523 682	28 518	17 309	569 509	531 234	27 240	17 308	575 782
Itália								
Vencimento após 2020	493 644	(5 119)	7 745	496 270	492 987	(90 086)	7 745	410 646
	493 644	(5 119)	7 745	496 270	492 987	(90 086)	7 745	410 646
Total	8 893 597	168 871	211 367	9 273 835	6 472 594	(1 140 113)	215 058	5 547 539

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2011					
	Ativos financeiros a deter até à maturidade				Valor de mercado	Valias potenciais não reconhecidas
	Custo amortizado	Perdas por imparidade	Juros a receber	Valor de balanço		
Grécia						
Vencimento após 2020	580 117	(391 502)	3 762	188 615	129 162	(59 453)
Total	580 117	(391 502)	3 762	188 615	129 162	(59 453)

No exercício de 2011 a Companhia reconheceu perdas por imparidade relativamente aos títulos da Dívida Pública Grega, as quais foram determinadas tendo como pressuposto uma recuperação de 50% do correspondente valor nominal e juros corridos à data de relato. Adicionalmente, a Companhia registou na rubrica "Outras provisões" o montante de 140.941 Euros destinado à cobertura de perdas por imparidade adicionais em títulos da Dívida Pública Grega (Nota 7).

No exercício de 2012 os títulos de Dívida Pública Grega que a Companhia tinha em carteira foram trocados por um conjunto de novos títulos no âmbito da operação de troca promovida pela República Grega, de acordo com as condições descritas na Nota 7.

O valor de aquisição atribuído aos títulos recebidos no âmbito desta operação, que ascende a 146.871 Euros, foi definido com base na cotação divulgada pela Bloomberg no primeiro dia em que estes títulos estiveram disponíveis para transação em mercado. Os títulos recebidos foram registados na carteira de ativos disponíveis para venda.

A diferença entre o custo de aquisição atribuído aos títulos recebidos e o valor de balanço, líquido de juros decorridos, dos títulos entregues, no montante de 45.800 Euros, foi reconhecida como perda por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" (Nota 30). Em simultâneo foram anuladas as provisões acima referidas constituídas em 2011 para cobertura de perdas por imparidade adicionais (Nota 19).

Os títulos recebidos na operação de troca foram alienados pela Companhia, em novembro de 2012.

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2012								Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Indeterminado	
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19 385 209	-	-	-	-	-	-	-	19 385 209
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	798 822	1 235 083	6 808 767	4 001 776	7 450 726	7 345 542	2 328 047	371 905	30 340 668
Empréstimos e contas a receber	28 532	57 063	85 595	63 341 033	-	-	-	-	63 512 223
Outros devedores	6 720 591	-	-	-	-	-	-	-	6 720 591
	26 933 154	1 292 146	6 894 362	67 342 809	7 450 726	7 345 542	2 328 047	461 017	120 047 803
Passivo									
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	1 069 481	-	-	-	-	-	-	-	1 069 481
	1 069 481	-	-	-	-	-	-	15 000 000	16 069 481

(Valores em Euros)

	2011								Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 184 694	-	-	-	-	-	-	-	11 184 694
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	91 877
Ativos disponíveis para venda	1 316 233	923 228	1 832 662	2 702 617	9 140 747	7 448 054	2 662 375	-	28 544 722
Empréstimos e contas a receber	101 839	203 679	1 321 657	63 377 939	-	-	-	-	65 005 114
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	13 500	27 000	27 000	67 500	516 000	-	651 000
Outros devedores	10 659 032	-	-	-	-	-	-	-	10 659 032
	23 261 798	1 126 907	3 167 819	66 107 556	9 167 747	7 515 554	3 178 375	-	2 610 683
Passivo									
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000
Outros credores	506 090	-	-	-	-	-	-	-	506 090
	506 090	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000

Os valores acima apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projetados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Multicare na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";
- Os montantes registados na rubrica "Empréstimos e contas a receber" correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados na coluna "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados como "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(Valores em Euros)

	2012			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	19 385 209	-	19 385 209
Investimentos em filiais	-	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	22 287 662	5 908 050	371 905	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	-	63 169 843	-	63 169 843
Outros devedores	-	-	6 720 591	6 720 591
	22 287 662	88 463 102	7 181 608	117 932 372
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	1 069 481	1 069 481
	-	15 000 000	1 069 481	16 069 481

(Valores em Euros)

	2011			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	11 184 694	-	11 184 694
Investimentos em filiais	-	-	91 877	91 877
Ativos disponíveis para venda	11 992 976	9 933 686	2 518 805	24 445 467
Empréstimos e contas a receber	-	63 768 556	-	63 768 556
Investimentos a deter até à maturidade	188 615	-	-	188 615
Outros devedores	-	-	10 659 032	10 659 032
	12 181 591	84 886 936	13 269 714	110 338 241
Passivo				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	506 090	506 090
	-	15 000 000	506 090	15 506 090

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	2012							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19 385 208	-	-	-	-	-	-	19 385 208
Ativos disponíveis para venda	900 000	2 205 000	2 550 000	6 000 000	3 166 000	4 090 000	8 081 000	26 992 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	63 169 843	-	-	63 169 843
	20 285 208	2 205 000	2 550 000	6 000 000	66 335 843	4 090 000	8 081 000	109 547 051
Passivo								
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	20 285 208	2 205 000	(12 450 000)	6 000 000	66 335 843	4 090 000	8 081 000	94 547 051

(Valores em Euros)

	2011							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 184 694	-	-	-	-	-	-	11 184 694
Ativos disponíveis para venda	1 200 000	3 455 000	6 055 000	650 000	806 000	2 650 000	8 170 000	22 986 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 000 000	62 766 903	-	-	63 766 903
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	300 000	300 000
	12 384 694	3 455 000	6 055 000	1 650 000	63 572 903	2 650 000	8 470 000	98 237 597
Passivo								
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	15 000 000
Exposição líquida	12 384 694	3 455 000	(8 945 000)	1 650 000	63 572 903	2 650 000	8 470 000	83 237 597

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a sensibilidade do valor patrimonial e dos proveitos dos instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 50, 100, 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2012					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos disponíveis para venda	(841 137)	(430 163)	(217 560)	222 683	450 664	923 254
	(841 137)	(430 163)	(217 560)	222 683	450 664	923 254
Margem financeira						
Proveitos com Juros	83 890	41 945	20 973	(18 935)	(27 805)	(39 212)

(Valores em Euros)

	2011					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos disponíveis para venda	(506 033)	(258 762)	(130 864)	133 930	271 029	555 167
Investimentos a deter até à maturidade	(43 541)	(23 678)	(12 369)	13 552	28 426	62 787
	(549 574)	(282 440)	(143 233)	147 482	299 455	617 954
Margem financeira						
Proveitos com Juros	183 057	91 529	45 764	(45 764)	(91 529)	(167 103)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2012		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19 325 894	59 314	19 385 208
Investimentos em filiais	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	28 567 617	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	63 169 843	-	63 169 843
Outros devedores	6 720 591	-	6 720 591
	117 783 945	148 426	117 932 371
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	1 069 481	-	1 069 481
	16 069 481	-	16 069 481

(Valores em Euros)

	2011		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 035 876	148 818	11 184 694
Investimentos em filiais	-	91 877	91 877
Ativos disponíveis para venda	24 283 150	162 317	24 445 467
Empréstimos e contas a receber	63 768 556	-	63 768 556
Investimentos a deter até à maturidade	188 615	-	188 615
Outros devedores	10 659 032	-	10 659 032
	109 935 229	403 012	110 338 241
Passivo			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	506 090	-	506 090
	15 506 090	-	15 506 090

35. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco do Ramo Doença, efetuada pela Multicare.

35.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais da Fidelidade enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, apoiada em normas e procedimentos escritos e confirmada pelo Departamento Técnico de Subscrição da Multicare, com o seguinte âmbito:

- Produtos standardizados;
- Riscos com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Produtos com componentes opcionais vendidas de acordo com a tarifa.

Tem como instrumentos ao seu dispor: Tarifas, Simuladores, Normas de Subscrição e de Delegação de Poderes, manuais dos produtos, apólices standardizadas, propostas de seguro, declarações tipo, questionários médicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direções Comerciais de Mediadores e Corretores da Fidelidade com competências delegadas para aceitação e análise de riscos específicos, e apresenta o seguinte âmbito:

- Subscrição de Produtos standardizados, com a possibilidade de definição de cláusulas particulares, com o objetivo de ajustar a apólice ao risco específico ou de limitar a exposição ao risco;
- Para além da subscrição dos riscos delegados ao terceiro nível, subscrição dos riscos a seguir caracterizados: i) riscos com elevada sinistralidade geral; ii) riscos que, considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; iii) riscos cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica específica;
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais;
- Subscrição de riscos que pelas suas características justificam um prémio significativamente diferente do definido na tarifa do produto.

As Direções Comerciais têm ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial, fornecidos pelo Departamento Técnico de Subscrição em conjunto com o Gabinete de Atuariado e Controle que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do Ramo e do comportamento do risco.

Existe ainda um primeiro nível de subscrição, destinado aos riscos de valor unitário muito elevado, ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados, em que as condições de aceitação são analisadas pelo Departamento Técnico de Subscrição da Multicare, que elaborará e enviará uma proposta de aceitação à Direção Comercial envolvida, que, por sua vez, submeterá à aprovação do Administrador do pelouro da Seguradora que aceita o risco.

O Departamento Técnico de Subscrição é dotado de técnicos especializados, coadjuvado por atuários do Gabinete de Atuariado e Controle, que farão as necessárias análises técnico-atuariais aos riscos propostos.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado.

35.2. Gestão Técnica

A gestão técnica do Ramo Doença compreende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

35.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos e coberturas em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Estes estudos permitem obter uma análise qualitativa e da sinistralidade das classes acima referidas, tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e correção de eventuais distorções, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida ao nível dos Produtos sob gestão no caso dos produtos estandardizados e, negócio a negócio, nos seguros de grupo não estandardizados.

Seleção e Atualização de Carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, através da introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prêmios) em função da frequência e/ou elevada sinistralidade.

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão chegar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas.

Comportamento da carteira

No caso específico do Ramo Saúde, ramo único na Multicare, a concentração de risco não será uma verdadeira ameaça, já que as epidemias estão excluídas à partida. Este risco estará mais diluído, ainda, pela abrangência da Multicare ser nacional e com representação significativa em todas as regiões.

Nesta Seguradora, cerca de 82% dos sinistros geridos na Multicare são em sistema de Rede Convencionada. Este sistema de gestão permite reduzir, de forma significativa, a tempestividade e a incerteza dos futuros fluxos de caixa e nalgumas situações - sempre que temos "preços-pacote" acordados - também em montante.

Nos restantes sinistros (18%) que são suportados pelo sistema de reembolso, existe ainda, numa parte significativa da carteira, um período limite de envio das despesas que mais uma vez concorre para a redução do seu prazo de regularização, pelo que, no conjunto do Ramo Saúde, o período de resolução dos sinistros é relativamente reduzido.

A avaliação das provisões para sinistros é feita com base na matriz de pagamentos emitidos; consequentemente, a estimativa que fazemos destas provisões excluem os recibos emitidos por liquidar. Assim, analisámos a evolução das provisões, que avaliamos para sinistros ocorridos a partir de 2003.

O quadro abaixo apresenta o valor de provisões contabilizado a 31/12/2011 para sinistros ocorridos até essa data, e compara o valor remanescente (líquidos dos valores emitidos em 2012) com o contabilizado no final do exercício:

(Valores em Euros)

	Provisões (a) dez/2011	Pagamentos Emitidos 2012 (b)	Provisões Remanescentes (c)=(a)-(b)	Provisões (a) dez/2012
Sin ≤ 2012	35 533 023	23 315 136	12 217 887	5 072 000

(a) IBNR + Provisões para sinistros declarados sem recibo

(b) Montantes Pagos + Variação de Provisões para sinistros declarados com recibo

Como se pode observar, na Multicare a estimativa das provisões para sinistros necessárias que resultam do nosso modelo demonstram-se suficientes. A diferença entre o valor das Provisões Remanescentes e o valor das provisões contabilizadas a 31/12/2012 resulta, em nossa opinião, da margem de confiança com que a Seguradora trabalha e de um processo extraordinário de encerramento de exercícios anteriores junto dos grandes grupos hospitalares essencialmente decorrido em 2011. Desta forma, o histórico de aparecimento de novas faturas respeitantes a atos clínicos praticados em anos anteriores, existente nas matrizes atuariais, promoveu a estimativa de provisões acima da realidade observada em 2012. Esta situação será automaticamente corrigida no decurso natural dos novos exercícios.

Associando o curto prazo de desenvolvimento dos sinistros ao grau de confiança com que avaliamos as nossas responsabilidades, podemos concluir existir algum conforto no nível de provisionamento.

Comportamento da rede de prestadores

A Multicare tem desenvolvido e aperfeiçoado modelos de análise de comportamento dos prestadores por cobertura e por tipologia de prestação/valência médica.

Estas análises, que já contam com um período de observação de mais de quatro anos, têm conduzido à identificação de comportamentos atípicos e recorrentes, permitindo uma intervenção direta junto dos prestadores, com vista à correção do seu comportamento ou mesmo à cessação da convenção de prestação.

Adequação dos prémios e adequação das provisões

Os prémios adquiridos para a totalidade da carteira de resseguro aceite foram, neste exercício, suficientes para fazer face às responsabilidades por eles assumidas. Já no seguro direto observou-se uma insuficiência.

Durante o exercício de 2012, tal como estava previsto, transformaram-se as tarifas da carteira de produtos standard existente, de escalões etários para idade a idade, ajustaram-se os custos a suportar pelos segurados (co-pagamentos) de modo a mitigar uma previsível transferência de risco do SNS, dados os recentes aumentos das taxas moderadoras e foram lançados novos produtos mais adaptados à atual situação socioeconómica. Com a implementação destas medidas observou-se uma redução do custo com sinistros, apesar do crescimento da carteira - passámos de 596.678 para 647.379 Pessoas Seguras – o que se traduz na redução da taxa de sinistralidade.

O valor das provisões para sinistros contabilizados, em resseguro aceite, é de quarenta milhões (40.138.875) de euros, dos quais trinta e sete milhões e meio (37.494.994) de euros dizem respeito a sinistros declarados à Multicare, um milhão e trezentos mil (1.324.409) euros são para sinistros IBNR, um milhão e trezentos mil (1.319.473) euros como provisão para encargos futuros de gestão de sinistros. Adicionalmente duzentos e cinquenta mil (244.638) euros correspondem à provisão para riscos em curso.

Tem havido consistência nos métodos utilizados para avaliação da suficiência do provisionamento, pelo que se continua a concluir por um adequado nível de prudência.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional

A taxa de sinistralidade do ano observada em seguro direto foi da ordem dos noventa e sete (96,90%). Os custos de exploração foram elevados e não são compensados pelo ganho obtido nos rendimentos financeiros da Seguradora, pelo que o rácio combinado desta atividade resultou em cento e cinco (105,28%).

No que respeita à atividade em resseguro aceite, o rácio de sinistralidade foi de oitenta e quatro (84,33%), o rácio de despesas de quinze (15,7%), o rácio de cedência é de zero vírgula sete (0,69%) e o rácio de rendimentos de um vírgula seis (1,61%), o que conduz a um rácio agregado de noventa e nove (99,12%), o que demonstra uma suficiência de prémios.

35.4. Políticas de Resseguro

A Multicare é Resseguradora das Companhias Fidelidade e Real Vida através de um tratado de quota-parte. Por sua vez, a Multicare ainda ressegura coberturas específicas dessa carteira.

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e os valores dos riscos a segurar. O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os seguros de Doenças Graves-Best Doctors, por se tratarem de riscos que envolvem elevados capitais seguros e situações gravosas estão ressegurados na Munich Re.

As retenções, como referido, são as adaptadas à carteira existente e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Também para os planos com a atual designação de "Total", seguros com garantias mais elevadas em comercialização na gama Individual, foi negociado um tratado de resseguro com a Munich Re. Este tratado transfere para aquela resseguradora 80% do risco das coberturas de Internamento, Ambulatório, Estomatologia e Medicamentos que neste produto têm capitais bastante elevados.

Para além deste tratado de resseguro, existe ainda um tratado de resseguro com a Cares, para onde se transfere a totalidade dos riscos das seguintes coberturas:

- Assistência domiciliária;
- Apoio domiciliário;
- Transporte de Urgência;
- Assistência Clínica domiciliária; e
- Assistência Clínica em Viagem.

A Multicare proporciona ainda aos seus clientes individuais uma cobertura de proteção ao pagamento dos prémios em caso de Morte, de Invalidez Absoluta e Definitiva, de Desemprego Involuntário e de Internamento Hospitalar. Esta garantia está coberta por um tratado de resseguro de quota-parte que transfere 100% do risco para as Companhias Financial Insurance Company Ltd e Financial Assurance Company Ltd.

Os critérios de seleção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos/recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como fator determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

36. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão do Capital na Multicare obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Multicare está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a Companhia, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Multicare está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos delas decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, a Multicare efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por via do auto financiamento e da captação de recursos de segurados e ressegurados.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes das Normas Regulamentares nº 12/2008-R, de 30 de outubro, 21/2010-R, de 16 de dezembro e 4/2011-R de 2 de junho, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- Caso o Instituto de Seguros de Portugal verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado por esse Instituto, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os ativos representativos das provisões técnicas constituem um património especial que garante, em particular, os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os acionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Multicare conta com a colaboração de quatro áreas que exercem funções transversais ao grupo, que são chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);

A Multicare dispõe, ainda, de um órgão interno, o Gabinete de Atuariado e Controlo (GAC) que reporta diretamente ao Conselho de Administração.

Direção de Gestão de Riscos

A missão da DGR assenta no desenvolvimento, comunicação e implementação de um ciclo de gestão de riscos destinado à identificação, à avaliação e à monitorização do perfil de risco das várias linhas de negócio, permitindo ao Conselho de Administração e às várias Direções envolvidas incorporar esta informação na sua tomada de decisões.

A DGR tem como principais funções:

a. Desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões;

b. **Gestão dos Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:**

- Gestão do Sistema de Gestão de Risco Operacional bem como a implementação e desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolver, implementar e atualizar os modelos, ferramentas e relatórios de suporte à tomada de decisões, do Conselho de Administração e/ou das restantes Direções, com base no perfil de risco da Companhia;
- Desenvolver níveis técnicos de alerta sobre valores em risco, permitindo ao Conselho de Administração monitorizar o perfil de riscos das carteiras da Companhia;

Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance

A missão da DIC é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem das empresas e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

a. **Prevenção de Branqueamento de Capitais**

Assegurar a prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);
- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transações e reporte às autoridades judiciárias e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

b. Compliance

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;
- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macroprocessos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura “Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)”;
- Aprovação de novos produtos;
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de atividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

Direção de Auditoria

A Direção de Auditoria (DAU) tem como principal missão garantir a avaliação e acompanhamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaboração e Execução do Plano Anual de Auditoria - a avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno é uma componente-chave do referido Plano;
- b. Atividades de Auditoria - concretização do Plano de Auditoria, através da execução de auditorias às diversas áreas e desenvolvimento de um conjunto de recomendações/medidas corretivas em resultado das mesmas;
- c. Auditoria Informática – envolve ações de auditoria aos sistemas de informação, suportadas por uma metodologia própria, cujo objetivo passa por determinar a probabilidade de ocorrência de eventos de risco e os seus impactos.

Gabinete de Atuariado e Controlo

O GAC desenvolve a sua atividade em colaboração com a DGR no que respeita à gestão do risco operacional e à implementação do sistema de controlo interno. Tem, ainda, como atribuições colaborar na definição das políticas de subscrição, tarifação e resseguro, bem como monitorizar o risco da carteira e o comportamento da rede de prestadores, suportado em técnicas estatísticas e atuariais.

A margem de solvência da Multicare em 31 de dezembro de 2012 e 2011, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da atividade desenvolvida, por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Margem de solvência disponível:		
Capital Social Realizado	18 000 000	18 000 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	504 382	(1 854 932)
Reserva por impostos diferidos	(146 271)	461 014
Reserva Legal	548 655	448 655
Prémios de Emissão	7 200 000	7 200 000
Outras Reservas	2 148 902	1 661 028
Resultado de Ganhos e Perdas deduzido de distribuições		
Resultados transitados	3 640	7 280
Resultado líquido do exercício	5 335 405	584 234
Distribuição de dividendos proposta	(2 500 000)	-
	31 094 713	26 507 279
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	15 000 000	15 000 000
	46 094 713	41 507 279
Deduções prudenciais		
Imobilizações incorpóreas	369 445	551 133
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	45 725 268	40 956 146
Requisitos de solvência:		
Ramos não-vida	36 154 375	36 676 022
Total da Margem de Solvência a constituir	36 154 375	36 676 022
Excedente de cobertura	9 570 893	4 280 124
Taxa de cobertura	126%	112%

No que se refere aos dividendos a distribuir relativos a 2012, foi considerado, como estimativa, um valor de 2.500.000 Euros.

As empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte ao Instituto de Seguros de Portugal o respetivo apuramento da situação da margem de solvência.

Anexos

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2012

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
CGD, 4.375%, 13/05/2013, CORP		4 950 000	100		4 950 000	102,71	5 084 136
sub-total	0	4 950 000			4 950 000		5 084 136
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
UNIVERSAL SEGUROS SA, AOA	1			89.111,61	89 112	89.111,61	89 112
sub-total	1				89 112		89 112
total	1	4 950 000			5 039 112		5 173 248
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	113 478			4,34	491 999	3,27	371 301
sub-total	113 478				491 999		371 301
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	113 478			4,34	491 999	3,27	371 301
sub-total	113 478				491 999		371 301
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT - CZ, 19/07/2013, GOVT		2 560 000	96,55		2 471 777	99,21	2 539 774
PGB, 3.35%, 15/10/2015, GOVT		500 000	95,80		478 987	98,49	492 434
PGB, 4.8%, 15/06/2020, GOVT		450 000	103,70		466 652	91,32	410 926
PGB, 6.4%, 15/02/2016, GOVT		2 600 000	99,76		2 593 812	109,38	2 843 896
sub-total		6 110 000			6 011 228		6 287 030
2.1.2.3 - De outros emissores							
BES, 5.875%, 09/11/2015, CORP		1 000 000	99,76		997 575	103,34	1 033 352
sub-total		1 000 000			997 575		1 033 352
sub-total		7 110 000			7 008 803		7 320 382
total	113 478	7 110 000			7 500 801		7 691 683
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
APERAM, NA	53			0,00	0	11,40	604
sub-total	53				0		604
sub-total	53				0		604
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		500 000	98,48		492 407	99,25	496 270
DBR, 3.5%, 04/01/2016, GOVT		500 000	107,73		538 675	113,90	569 509
FRTR, 3%, 25/10/2015, GOVT		500 000	105,59		527 965	108,37	541 853
FRTR, 4%, 25/04/2013, GOVT		400 000	104,54		418 168	103,93	415 719
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		550 000	113,32		623 241	118,22	650 198
NETHER, 2.75%, 15/01/2015, GOVT		200 000	105,30		210 598	108,08	216 155
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		80 000	112,01		89 604	121,38	97 102
sub-total		2 730 000			2 900 658		2 986 805
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABBEY NATIONAL, 3.625%, 14/10/2016, CORP		400 000	99,63		398 520	110,62	442 463
ABN AMRO, 2.75%, 29/10/2013, CORP		150 000	99,96		149 943	102,28	153 413
ABN AMRO, FRN, 15/01/2013, CORP		150 000	99,96		149 938	100,28	150 419
BANK OF AMERICA, FRN, 05/02/2014, CORP		200 000	95,30		190 597	99,30	198 598
BANQUES POPULAIRES, 4.25%, 29/01/2013, CORP		200 000	103,14		206 273	104,17	208 347
BARCLAYS BANK, 5.25%, 27/05/2014, CORP		200 000	105,15		210 295	109,33	218 663
BARCLAYS BANK, FRN, 28/01/2013, CORP		200 000	100,55		201 100	100,23	200 462
BBVA SENIOR FINANCE, 3.875%, 06/08/2015, CORP		50 000	99,90		49 951	102,79	51 395
BFCM, 4.25%, 05/02/2014, CORP		100 000	102,36		102 360	107,61	107 607
BFCM, FRN, 25/03/2013, CORP		500 000	99,91		499 562	100,09	500 460
BMW FINANCE, 2.125%, 13/01/2015, CORP		100 000	99,83		99 825	104,93	104 926
BNP PARIBAS, 3.75%, 25/11/2020, CORP		150 000	99,51		149 260	112,53	168 801
BNP PARIBAS, 5%, 16/12/2013, CORP		100 000	103,80		103 802	104,39	104 387
BNP PARIBAS, FRN, 12/04/2013, CORP		255 000	99,05		252 568	100,15	255 379
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		150 000	99,10		148 655	92,37	138 561
COMMERZBANK, FRN, 25/10/2013, CORP		100 000	99,84		99 843	101,44	101 439
CREDIT AGRICOLE, 3%, 20/07/2015, CORP		150 000	97,67		146 508	106,28	159 423
CREDIT AGRICOLE, 6%, 24/06/2013, CORP		100 000	104,11		104 108	99,72	99 721
CREDIT SUISSE, 2.875%, 24/09/2015, CORP		100 000	99,71		99 708	105,98	105 983
CREDIT SUISSE, FRN, 07/01/2013, CORP		200 000	100,12		200 230	100,20	200 393
EDF, 3.875%, 18/01/2022, CORP		100 000	98,99		98 986	115,95	115 948
EDP FINANCE, 5.5%, 18/02/2014, CORP		50 000	106,22		53 109	107,57	53 786
EDP FINANCE, 5.875%, 01/02/2016, CORP		455 000	104,00		473 200	111,21	506 021
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		100 000	99,24		99 241	112,86	112 859
ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP		100 000	98,37		98 372	100,89	98 401
ENI, 4%, 29/06/2015, CORP		250 000	105,42		263 550	107,88	269 698
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150 000	94,43		141 643	100,89	151 337
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50 000	97,62		48 808	107,59	53 796

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2012

Anexo 1

(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
GE CAPITAL FNDNG, 4.625%, 04/07/2014, CORP		150 000	104,14		156 203	107,99	161 980
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		500 000	99,49		497 460	100,00	500 024
HSBC, 4%, 15/01/2021, CORP		100 000	99,88		99 885	120,44	120 442
HSBC, 4.5%, 30/04/2014, CORP		100 000	104,74		104 740	108,16	108 162
HSBC, FRN, 06/12/2013, CORP		200 000	98,94		197 886	100,08	200 164
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CALL		262 000	98,63		258 414	102,09	267 485
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		500 000	99,38		496 896	97,97	489 834
INTESA SANPAOLO, 4%, 09/11/2017, CORP		386 000	106,61		411 508	103,88	400 961
JPM, 5.25%, 08/05/2013, CORP		100 000	103,69		103 693	100,67	100 672
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		150 000	96,81		145 218	99,61	149 412
KBC, FRN, 19/07/2013, CORP		200 000	100,29		200 570	100,81	201 621
LA CAIXA, 3.75%, 05/11/2013, CORP		50 000	99,90		49 950	101,43	50 716
LLOYDS, 3.75%, 07/09/2015, CORP		200 000	97,72		195 431	108,29	216 579
LLOYDS, FRN, 25/03/2013, CORP		300 000	99,79		299 377	100,27	300 811
NAB, 5.5%, 20/05/2015, CORP		140 000	99,57		139 395	114,51	160 309
NAB, FRN, 07/04/2014, CORP		200 000	99,23		198 456	100,66	201 322
NAB, FRN, 22/10/2013, CORP		200 000	100,00		200 000	100,51	201 015
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL		200 000	97,37		194 750	98,02	196 044
NORDEA BANK, 2.75%, 11/08/2015, CORP		100 000	99,74		99 738	106,10	106 103
PFIZER, 5.75%, 03/06/2021, CORP		200 000	112,87		225 735	133,93	267 852
POHJOLA BANK, 3%, 08/09/2017, CORP		100 000	99,60		99 602	109,23	109 230
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.625%, 08/02/2016, CORP		460 000	103,65		476 790	110,35	507 631
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 6%, 30/04/2013, CORP		100 000	93,50		93 500	105,00	105 001
RABOBANK, 3.5%, 17/10/2018, CORP		100 000	99,27		99 270	111,64	111 635
RABOBANK, 4%, 11/01/2022, CORP		50 000	99,09		49 545	118,34	59 168
RABOBANK, FRN, 13/01/2014, CORP		50 000	99,92		49 960	100,77	50 383
RED ELECTRICA FIN, 3.5%, 07/10/2016, CORP		100 000	100,09		100 093	104,90	104 897
REPSOL INTL FINANCE, 4.25%, 12/02/2016, CORP		100 000	99,64		99 642	110,96	110 961
ROCHE, 6.5%, 04/03/2021, CORP		200 000	118,81		237 627	141,99	283 976
ROYAL BANK SCOTLAND, 5.25%, 15/05/2013, CORP		150 000	101,51		152 271	100,64	150 954
ROYAL BANK SCOTLAND, FRN, 18/05/2013 CORP		200 000	98,16		196 318	100,53	201 055
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		88 000	99,11		87 216	84,38	74 255
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL		200 000	96,83		193 664	83,65	167 290
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		100 000	99,18		99 177	119,12	119 118
SKANDINAV ENSKILDA, 5.5%, 06/05/2014, CORP		100 000	106,57		106 573	110,20	110 204
SOCIETE GENERAL, FRN, 20/07/2013, CORP		200 000	100,66		201 318	100,64	201 290
STANDARD CHARTERED, 3.875%, 20/10/2016, CORP		100 000	99,62		99 621	110,67	110 670
TELEFONICA, 4.674%, 07/02/2014, CORP		50 000	104,94		52 472	107,43	53 717
UBS AG JERSEY, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL		106 000	97,92		103 794	103,59	109 806
VODAFONE GROUP, FRN, 06/06/2014, CORP		200 000	99,83		199 660	100,25	200 509
VOLKSWAGEN LEASING, FRN, 03/06/2013, CORP		200 000	99,58		199 162	100,14	200 284
WESTPAC, 3.875%, 20/03/2017, CORP		200 000	100,02		200 035	114,08	228 162
sub-total		12 202 000			12 312 568		12 804 389
sub-total		14 932 000			15 213 226		15 791 194
total	53	14 932 000			15 213 226		15 791 194
3 - TOTAL GERAL	113 532	26 992 000			27 753 139		28 656 729

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções) para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012

Anexo 2
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2011 (1)	Custos com Sinistros Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2012 * (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
Não Vida				
Doença	41 952 352	(25 481 503)	7 869 207	(8 601 642)
Total	41 952 352	(25 481 503)	7 869 207	(8 601 642)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Discriminação dos Custos com Sinistros para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012

Anexo 3

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Rubricas	Montantes Pagos Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros * (4) =(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Doença	2 370 065	-	(2 074)	2 367 991
Total de seguro direto	2 370 065	-	(2 074)	2 367 991
Resseguro Aceite	141 945 774	5 565 321	2 020 238	149 531 333
Total	144 315 839	5 565 321	2 018 164	151 899 324

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Discriminação de Alguns Valores por Ramos para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012

Anexo 4

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Doença	2 818 847	2 818 670	(2 367 994)	(304 338)	-
Total de seguro direto	2 818 847	2 818 670	(2 367 994)	(304 338)	-
Resseguro Aceite	180 524 876	182 093 050	(149 531 331)	(28 851 470)	(736 922)
Total	183 343 723	184 911 720	(151 899 325)	(29 155 808)	(736 922)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas

MULTICARE - SEGUROS DE SAÚDE, SA
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2011

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pela Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos a actividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas convenientes.

Obtivemos do Conselho de Administração regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da empresa e andamento dos negócios sociais.

Apreciámos o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício e respectivos anexos, bem como a certificação legal de contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com que concordamos.

Considerando quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte


PARECER


- Que a Assembleia-Geral aprove o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão;

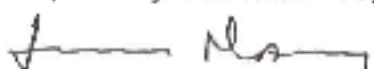
Finalmente, o Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas toda a colaboração prestada.

Lisboa, 14 de Março de 2012.

O CONSELHO FISCAL


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente


João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal


Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 14 de Março de 2012.

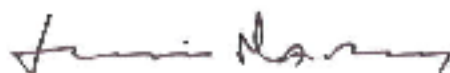
O CONSELHO FISCAL



(Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente)



(João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal)



(Luís Augusto Máximo dos Santos - Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 119.456.890 Euros e capitais próprios de 33.594.713 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.335.405 Euros, a Demonstração de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira de 2012 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes

5. Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que a Companhia se encontra obrigada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº49/2007.

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	Cumprimento, respeito e divulgação da missão, objetivos e políticas, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido.	1.1. e 1.2.
	Elaboração de planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido.	1.2.
	Adoção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	2.3.1. e 2.3.2.
	Reporte de informação anual, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade;	Cumprido.	1.2.
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	2.2.1. a 2.2.5.
	Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores, contribuindo para a sua valorização pessoal;	Cumprido	2.3.3.
	Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1M€);	Cumprido	3. e 4.
Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a um código ético que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	2.1.1.	
Estruturas de Administração e Fiscalização	Número de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo setor;	Cumprido	5.1. e 5.2.
	O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização;	Cumprido	5.4.
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Cumprido	5.3.
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido	5.4.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido	5.2.

(continuação)

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual das remunerações totais auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	6.
Prevenção de conflitos de interesses	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, Instituições financeiras ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	5.5.
Divulgação de informação relevante	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido.	7.1.
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos sociais, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo);	Cumprido.	7.2. e 7.3.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	Cumprido.	7.4.

(1) Grau de cumprimento: cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

1.1. Missão

A Companhia tem como Missão consolidar a sua posição no setor segurador, através quer da oferta de produtos e da prestação de serviços de qualidade, quer do contributo para a criação de valor em conjunto com todas as entidades que se relacionam com a empresa.

1.2. Principais Objetivos Estratégicos

A Companhia, para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008, de 22 de abril, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo acionista.

Essas orientações consubstanciam-se nos seguintes três grandes objetivos estratégicos, que funcionam como linhas de orientação de longo prazo e de suporte à atuação da empresa, e que se encontram descritos no Relatório de Gestão, no ponto relativo às Perspetivas de Evolução.

A Companhia desenvolve anualmente um processo de planeamento, consubstanciado na elaboração do Orçamento, sendo igualmente estabelecidos os objetivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

O acompanhamento da execução do plano de atividade e orçamento aprovados, é realizado a partir de um sistema de informação de gestão.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.

2. Princípios Gerais de Atuação

2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A Companhia está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa de capitais públicos, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL nº558/99, de 17 de dezembro, com a redação atualmente em vigor.

A Companhia está também sujeita a normas aplicáveis em matéria de acesso e exercício da atividade seguradora.

A Companhia dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, o qual abrange os aspetos mais relevantes do respetivo funcionamento e do exercício da atividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

2.1.1. Código de Conduta

A Companhia dispõe de um Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, Código de Conduta este que se encontra igualmente publicado no sítio da internet da Companhia.

2.2. Cumprimento de Legislação e Regulamentação

Toda a atividade da Companhia é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a Companhia adota um comportamento eticamente correto na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

2.2.1. Aplicação de normas de natureza fiscal

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal, a Companhia dispõe dos competentes serviços destinados ao cumprimento das obrigações fiscais e à interpretação das normas aplicáveis.

2.2.2. Aplicação de normas de branqueamento de capitais

No que concerne à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a atividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso da legislação e regulamentação, embora a sua atividade não esteja exposta a este tipo de ameaça. Assim, os colaboradores da empresa encontram-se obrigados ao cumprimento escrupuloso dos deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente o dever de diligência relativo ao conhecimento das relações de negócio levadas a cabo pelos respetivos clientes, o de conservação dos documentos e o de comunicação tempestiva das operações potencialmente suspeitas de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

2.2.3. Normas de concorrência e de proteção do consumidor

Tem sido preocupação da Companhia assegurar uma total transparência das práticas comerciais, procurando reduzir a complexidade dos produtos, melhorando os seus conteúdos informativos e não se envolvendo em metodologias de venda agressivas, que possam comprometer uma sã e menos leal concorrência.

Assim, a Companhia tem vindo a implementar um circuito para o lançamento e comercialização de produtos que tem em consideração o enquadramento legislativo e regulamentar aplicável, nomeadamente as normas de concorrência e de proteção do consumidor.

2.2.4. Aplicação de normas de natureza ambiental

A Companhia está comprometida com a preservação do ambiente, traduzida não só na aplicação das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

2.2.5. Aplicação de normas de índole laboral

A Companhia pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

2.3. Implementação de Políticas de Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia é norteada por um conjunto de pilares fundamentais que assentam nos seguintes princípios:

- A humanização das relações e das condições de trabalho;
- A prática da não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- O respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- A adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades.

2.3.1. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

A distribuição do efetivo na Companhia apresenta uma distribuição equitativa por sexos, comum às funções administrativas, técnicas e específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a Companhia não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, a Companhia, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

2.3.2. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Companhia tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

2.3.3. Valorização profissional dos trabalhadores

A Companhia promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

3. Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

São entidades relacionadas todas as empresas controladas pela Caixa Seguros e Saúde, as empresas associadas e outras entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Das transações com empresas relacionadas, destacam-se como sendo mais relevantes as operações relativas a gestão de ativos, serviços de renting automóvel e aquisição de serviços específicos associados à atividade seguradora (nomeadamente resseguro e análise de riscos).

4. Outras Transações

4.1. Procedimentos em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

A Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

4.2. Transações que não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Não se verificaram na Companhia transações fora das condições de mercado.

4.3. Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos em Base Individual

Redware – Sistemas de Informação, S.A.

SIBS Processos – Serviços Interbancários de Processamento, S.A.

5. Modelo Societário

O modelo de governo da sociedade que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal;
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os membros dos órgãos sociais da Companhia são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia-geral tem a seguinte composição:

Presidente: José Filipe Sousa Meira

Secretário: Vitor Manuel Dinis Lopes

A Assembleia Geral, cujo mandato em curso corresponde ao triénio de 2010-2012, delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Sociedade.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, cujo mandato em curso corresponde ao triénio de 2010-2012, tem a seguinte composição:

Presidente: José António Rodrigues Nunes Coelho

Vogais: Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho

Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Sociedade.

5.2. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período triénio de 2010-2012.

5.2.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Presidente: Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

Vogais: João Filipe Gonçalves Pinto

Luís Máximo dos Santos

Suplente: João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

5.2.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por Maria Augusta Cardador Francisco.

5.3. Auditor Externo

A auditoria anual às contas da Companhia é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. que tem como interlocutores privilegiados o Conselho de Administração e a Direção de Contabilidade e Informação Financeira.

5.4. Sistema de Controlo

A Companhia assegura a segregação das funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco decorrente das mesmas.

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à atividade, a Companhia definiu políticas específicas de gestão de risco e controlo interno.

A Gestão de Risco é objeto de um capítulo autónomo do Relatório e Contas de que este relatório sobre o bom governo da sociedade constitui anexo.

5.5. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam escrupulosamente essas mesmas normas na sua atividade.

Não existem incompatibilidades, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas, entre o exercício dos cargos de administração na Companhia e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração

6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores

6.1 Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações de que é membro a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada pelo Senhor Dr. Vitor José Lilaia da Silva e pelo Senhor Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro submeteu à Assembleia Geral de 28 de março de 2012, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada tendo como referência os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovados pelo Conselho de Administração da sociedade-mãe do Grupo.

- Neste contexto, a remuneração fixa dos membros com funções executivas do Conselho de Administração tem como referência uma grelha salarial aplicável aos administradores executivos das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a qual é construída atendendo à dimensão, à complexidade de gestão e às condições concorrenciais do mercado de emprego do setor de atividade onde cada uma das empresas do Grupo está inserida.

- A componente fixa foi reduzida em 5%, por aplicação, desde 1 de junho de 2010, do artigo 12º e 20º, nº 4, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

- A partir de 1 de janeiro de 2011 foi aplicada uma nova redução remuneratória de 10%, por força do artigo 19º nº 1 alínea c) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

- A remuneração variável dos administradores da sociedade com funções executivas é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.

- De acordo com o artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, que aprova o Orçamento do Estado para 2012, durante o período de execução do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira) não haverá remunerações variáveis.

- Também durante o período de execução do PAEF, é suspenso o pagamento de Subsídios de Férias e de Natal, em conformidade com o disposto no artigo 21º da referida Lei nº 64-B/2011.

- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não têm qualquer remuneração, fixa ou variável.

- No ano de 2012, a Comissão de Remunerações aplicará à Sociedade as regras que forem definidas para as empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo em consideração as alterações ao Estatuto do Gestor Público, aprovadas pelo Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, limitada a 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.

A política de remuneração supra-definida foi aplicada no exercício de 2012.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do Anexo ao presente relatório.

6.2 Colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração.

O modelo salarial é único para toda a organização e assenta num sistema de onze bandas salariais. Para cada função está identificado um intervalo remuneratório, composto por um conjunto de bandas construídas com base em duas vertentes: a interna e a externa. A interna, alicerçada na prática salarial da companhia e decorrente de uma análise de equidade interna. A externa, tendo por referência as práticas salariais do mercado através de uma análise de benchmarking.

A remuneração tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é atribuída, individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício a que se reporta, estando limitada em conformidade com o respetivo regulamento anual.

A remuneração variável é atribuída considerando os seguintes fatores: o desempenho da Companhia, o desempenho da unidade orgânica em que o colaborador se insere e o desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual é feita com base no Modelo de Gestão de Desempenho que tem duas vertentes: a das competências e a dos objetivos.

Na avaliação de desempenho dos colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, a componente associada às competências e aos objetivos qualitativos têm maior peso que a componente associada aos indicadores de rentabilidade.

6.3 Avaliação do grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.		
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro. Acresce que tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus administradores.

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprida	
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Os gestores públicos estão sujeitos às regras previstas no estatuto do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março.
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
Diferimento da remuneração variável	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Parcialmente Cumprida	Sendo a remuneração consentânea com o seu papel na instituição ela não é alheia ao desempenho da mesma.

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

7. Divulgação de Informação Relevante

7.1. Divulgação de Informação Privilegiada

A Companhia não se encontra admitida à cotação, nem detém emissões de títulos transacionados em mercados financeiros, pelo que não tem nomeado um representante para as relações com o mercado.

7.2. Divulgação de Informação Sobre o Governo Societário

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2012 da Companhia, visa cumprir a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 março.

7.3. Análise da Sustentabilidade da Empresa

No atual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade das empresas para com os seus clientes, colaboradores e para com a sociedade em geral.

A Companhia tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, não só porque integra o grupo Caixa Geral de Depósitos, mas também porque está integrada na Caixa Seguros e Saúde cujas participadas detêm, em conjunto, a liderança no mercado segurador e uma presença relevante na área da prestação de cuidados de saúde, inclusive por via de parcerias público privadas.

Num contexto de instabilidade financeira e económica, como o que se continuou a viver durante o ano de 2012, os fatores de transparência, ética e responsabilidade ganharam uma especial relevância, constituindo mais

um elemento catalizador de uma provável mudança de paradigma, valores e atitudes em que os temas da sustentabilidade ganharam importância acrescida.

Em linha com o seu acionista, a Companhia encara a sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspetos de transparência e governo da sociedade, tendo, assim, em curso, um conjunto de ações concretas suportadas na solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

7.4. Nomeação de um Provedor do Cliente

A Companhia dispõe, desde novembro de 2009, de um Provedor do Cliente, estando assegurado o direito de reclamação, bem como a apresentação de sugestões, que pode ser exercido em qualquer ponto de contacto com os seus clientes.

A Companhia dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspetiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas com o máximo rigor e celeridade, por estruturas dedicadas que garantem a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente.

6 ■ Relatório Sobre o Cumprimento das Orientações Legais

1. Cumprimento das Orientações Legais

1.1. Cumprimento das Orientações Legais Relativas aos Objetivos de Gestão

Não foram fixados para a Companhia, orientações nem objetivos de gestão para o exercício de 2012, nos termos previstos no art.º 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

Contudo, os objetivos definidos estão enquadrados pelo orçamento e plano de atividades definidos e aprovado pelo acionista.

1.2. Cumprimento das Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2011, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional, tendo, contudo, dado o seu acordo ao orçamento e plano de atividades.

1.3. Cumprimento das Orientações Relativas às Remunerações

1.3.1. Órgãos Sociais

A Companhia cumpriu com o determinado no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março, e bem assim com o estabelecido no artigo 29º da Lei 55-B/2011, de 30 de dezembro, sendo que, durante o ano de 2012, à semelhança do que já se verificou em 2011 e 2010, não houve lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

A Companhia cumpriu integralmente o previsto no Artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, tendo as remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração, quando remunerados, sido reduzidas em 5%.

Neste âmbito, é de salientar que, desde janeiro de 2011, a Companhia aplicou, também, aos membros do Conselho de Administração, quando remunerados, a redução de 10% sobre as remunerações mensais ilíquidas, no cumprimento da alínea c) do nº 1 e da alínea q) do nº 9, do Artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, aplicável também em 2012 por força do estabelecido no Artigo 20º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

De igual modo, foi aplicada a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal, nos termos previstos no artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Foi dado cumprimento ao estabelecido no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à proibição de utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço

da empresa e bem assim à proibição de reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

1.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo

Não foi aplicada em 2012 à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo a redução a que se refere o artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

1.3.3. Colaboradores

Na sequência da entrada em vigor da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012) a Companhia efetuou as reduções remuneratórias com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças para as empresas que integram o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

De igual modo, foi aplicada a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal, nos termos previstos no artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

A sociedade cumpre com o princípio da igualdade de género nos termos indicados no Relatório do Bom Governo.

1.4. Cumprimento das Orientações Relativas às Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Companhia, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

No entanto, a Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

1.5. Implementação de Medidas de Racionalização de Política de Aprovisionamento de Bens e Serviços

A Companhia embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), promoveu a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços.

1.6. Cumprimento das Orientações Relativas ao Plano de Redução de Custos Definido para 2012 e a atrasos nos pagamentos

A Companhia cumpriu com o estabelecido no seu Plano de Redução de Custos.

A sociedade não apresenta atrasos nos pagamentos, conforme definidos no Decreto-Lei nº65-A/2011, de 17 de maio.

1.7. Cumprimento das Orientações em matéria de efetivos

A sociedade teve nesta matéria o seguinte comportamento:

(Valores em Euros)

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal	7 524 287 21	7 353 406 10	7 424 893 35
Gastos com Órgãos Sociais	607 370 89	594 634 76	586 570 04
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	-3 787 75	-59 693 10	-86 904 46
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas	0,00	0,00	0,00
Gastos com Dirigentes sem O.S.	1 186 172 50	1 035 771 05	1 025 557 43
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	0,00	0,00	0,00
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes	5 730 743 82	5 723 000 29	5 812 765 88
Reduções decorrentes de alterações Legislativas	0,00	-24 405 10	-485 874 32
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas			
Rescisões / Indemnizações	0,00	0,00	0,00
Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos) (31 dez.)	190	194	192
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número) (CA + CF)	8	8	6
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	13	11	11
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	169	175	175

Notas:

Custos com Pessoal contabilísticos

Colaboradores ao Serviço (inclui cedências/excluí cedidos)

OS: inclui Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Data de referência: 31 de dezembro de cada ano

O nº de Efetivos inclui contratos de trabalho a termo

1.8. Quadro resumo do Cumprimento das orientações Legais (Anexo)

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Objetivo 1 - Redução da Taxa de Sinistralidade do Ramo Saúde	S			79,2%	A redução da taxa de sinistralidade foi registada no mercado em geral. No caso da Multicare, a Redução do preço das consultas e a revisão da tabela de Dermatologia permitiram acentuar a redução verificada.
Objetivo 2 - Melhoria do índice de satisfação dos clientes	S			7,9%	A Multicare como empresa certificada em qualidade (Norma ISO9001:2008), desencadeou, ao longo do ano, ações de melhoria na qualidade de serviço e eficiência operacional, que asseguram a credibilidade interna e a confiança e satisfação dos clientes e tiveram tradução imediata na melhoria do índice de satisfação de clientes.
Objetivo 3 - Aumento da Quota de Mercado		N		33,10%	A contração do mercado segurador não permitiu aumentar a quota de mercado. Contudo, a Multicare cresceu de forma ligeira e manteve a quota de 2011, contrariando a redução verificada na maior parte dos seus concorrentes.
Deveres Especiais de Informação				n/a	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S			Não existem atrasos nos pagamentos	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1			n/a	Não existem definidas orientações	
Recomendação 2			n/a	Não existem definidas orientações	
Etc.					
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos artº29.º da Lei 64-B/2011	S				
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	S			-27 600	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	S			-3 400	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e Natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	S			-66 000	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 64-B/2011		N			Os honorários são contratualizados a nível do Grupo CGD.
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 64-B/2011	S				O Grupo CGD, no qual a Multicare-Seguros de Saúde, S.A. se insere, efetuou as devidas reduções remuneratórias, com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial.
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e Natal, nos termos do artº21 da Lei 64-B/2011	S			-593 000	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	S			n/a	Não é permitida a utilização de cartões de crédito.
Reembolso de despesas de representação pessoal	S			n/a	Não é permitido o reembolso.
Contratação Pública					
Normas de contratação pública		n/a		Não aplicável	A sociedade não está sujeita ao Código da Contratação pública.
Normas de contratação pública pelas participadas		n/a		Não aplicável	Idem.
Contratos submetidos a visto prévio do TC			n/a	Nº de contratos e valor global	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			n/a		
Parque Automóvel	S			n/a	A Companhia não tem parque automóvel da sua propriedade uma vez que os contratos se encontram em regime de renting.
Princípio da Igualdade de Género	S				A sociedade cumpre a igualdade de género nos termos indicados no Relatório do Bom Governo.
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	S			-1%	Aplicação da LOE.
Fornecimentos e Serviços Externos	S			-18%	Renegociação de contratos com os principais fornecedores.
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos		N		4%	Integração no quadro de colaboradores de outras empresas do Grupo dado o acréscimo de atividade da sociedade.
Nº de cargos dirigentes	S			-15%	

1. Mesa da Assembleia Geral

(Valores em Euros)

Mesa da Assembleia Geral Mandato I	2011	
	Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	0,00	0,00
Redução remuneratória *	0,00	0,00
Remuneração anual efetiva	0,00	0,00

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(Valores em Euros)

Mesa da Assembleia Geral Mandato I	2012	
	Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	0,00	0,00
Redução remuneratória *	0,00	0,00
Remuneração anual efetiva	0,00	0,00

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

2. Órgão(s) de Fiscalização

Conselho Fiscal + ROC

(Valores em Euros)

Conselho Fiscal	2010			2011		
	P	V	V	P	V	V
	Vasco Valdez	João G. Pinto (1)	Luís M. Santos	Vasco Valdez	João G. Pinto (1)	Luís M. Santos
Remuneração anual fixa	11 200,00	0,00	8 400,00	11 200,00	0,00	8 400,00
Redução remuneratória *	-917,00	0,00	-469,00	-1 666,00	0,00	-402,00
Remuneração anual efetiva	10 283,00	0,00	7 931,00	9 534,00	0,00	7 998,00

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(Valores em Euros)

ROC	2010	2011**
Remuneração anual auferida	0,00	0,00
Redução remuneratória *	0,00	0,00
Remuneração anual efetiva	0,00	0,00

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 55-A/2010, conforme aplicável

(1) Opção pela pensão/suspensão de retribuição (artigo 78º do Estatuto da Aposentação, com a redação do Decreto-Lei 137/2010)

3. Auditor Externo

(Valores em Euros)

Auditor Externo	2011	2012
Remuneração anual auferida	35 402,00	35 402,00
Redução remuneratória *	a)	a)
Remuneração anual efetiva	35 402,00	35 402,00

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 55-A/2010, conforme aplicável

(a) valores negociados ao nível do grupo CGD. Contrato sem redução.

Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**